

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO XXV

Florianópolis, 20 de agosto de 1958

NÚMERO 6.152

GOVERNO DO ESTADO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N. 51

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Artigo único — É fixada a data de 14 de setembro p. v. para a instalação do distrito de Lourdes, no município e comarca de Videira, e a que se refere a lei n. 346, de 13 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 14 de agosto de 1958.

HERIBERTO HULSE

Paulo Konder Bornhausen

Decretos de 28 de abril de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Nomear, por concurso:

De acordo com o art. 13, item II, combinado com o art. 14, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Ezequiel Maia Filho para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Produção Vegetal, vago em virtude do ato em que tornou sem efeito a nomeação de Divon Serafim, por não ter assumido o exercício dentro do prazo legal.

Roque Nildo Gubert para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Produção Vegetal, vago em virtude da exoneração de Jonas Leite Chaves.

Arnaldo Manhães de Mattos para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Produção Animal, vago em virtude da promoção de Paulo Henrique Rocha Faria.

Norberto da Costa Baracury para exercer o cargo da classe A-20 da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Serviços Especiais.

Waldemar Barbosa para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Produção Vegetal.

Dalton Heros Malucelli para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Produção Animal.

Assis Camargo Costa para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Serviços Especiais, vago em virtude da promoção de Celso Ivan da Costa.

Benjamin Constant de Oliveira da Costa Barros para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Produção Vegetal.

Carlos Cravo Ruiz Martins para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Serviços Especiais.

Jonas Leite Chaves para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Serviços Especiais, vago em virtude da promoção de Celso Ivan da Costa.

tude da promoção de Antônio Alir Dias Raitani.

Benjamin Ferreira Gomes para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Produção Vegetal.

Cristóvão Andrade Franco para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Produção Animal, vago em virtude do ato em que tornou sem efeito a nomeação de Jonas Leite Chaves.

De acordo com o art. 13, item IV, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Igor Francisco Von Hertwig para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Serviços Especiais.

Exonerar:

De acordo com o art. 23, alínea c, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

Igor Francisco Von Hertwig, do cargo da classe E-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, que exerce interinamente.

Arnaldo Manhães Mattos, do cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, que exerce interinamente.

Dalton Heros Malucelli, do cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, que exerce interinamente.

Benjamin Pereira Gomes, do cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, que exerce interinamente.

Benjamin Constant de Oliveira da Costa Barros, do cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, que exerce interinamente.

Carlos Cravo Ruiz Martins, do cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, que exerce interinamente.

Waldemar Barbosa, do cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, que exerce interinamente.

Assis Camargo Costa, do cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, que exerce interinamente.

Norberto da Costa Baracury, do cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, que exerce interinamente.

Decreto de 29 de abril de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Tornar sem efeito, a pedido:

O decreto datado de 29 de abril do

corrente ano, que nomeou por concurso, Jonas Leite Chaves, para exercer o cargo da classe A-20, da carreira de Agrônomo, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Diretoria de Serviços Especiais.

Decreto de 11 de maio de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder exoneração:

De acordo com o art. 101, item I, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Henrique Stodiek, ocupante do cargo de Professor Secundário, classe B-25, do Quadro do Poder Executivo (Sociologia — Instituto de Educação e Colégio Estadual "Dias Velho", de Florianópolis).

Decreto de 3 de junho de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Demitir, a bem do serviço:

De acordo com o art. 233, item I, da lei n. 198, de 18-12-1954, ante as conclusões do inquérito administrativo:

Waldemar Beduschi, do cargo da classe A-12, da carreira de Fiscal da Fazenda, do Quadro do Poder Executivo.

Decretos de 28 de julho de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder aposentadoria:

De acordo com o art. 239, item III, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954:

A Enéas Faraco Guimarães, no cargo da classe A-5, da carreira de Auxiliar de Coletoria, do Quadro do Poder Executivo, com exercício na Coletoria Estadual de Garopaba, com os proventos mensais de Cr\$ 3.150,00.

De acordo com o art. 1º, da lei n. 277, de 20 de dezembro de 1956:

A Osniildo Souza, no cargo de Foto-Gravador, padrão I-13, do Quadro do Poder Executivo, com exercício na Imprensa Oficial do Estado, com os proventos mensais de Cr\$ 6.048,00, incluído o adicional de 6%, correspondente a 20 anos de serviços prestados ao Estado.

Decreto de 31 de julho de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Remover, por permuta:

De acordo com o art. 79, da lei n. 198, de 18-12-1954:

Ramon Feijó, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo, da Escola isolada de Muquém, distrito de Inglêses do Rio Vermelho, município de Florianópolis, para a Escola isolada de Capivari I, no distrito de Inglêses do Rio Vermelho, município de Florianópolis, e desta para aquela Maria José Nunes da Silveira, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo.

Decretos de 2 de agosto de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Lotar:

Almira Knabben, ocupante do cargo de Professor Complementarista, referência VII (efetiva), na Escola isolada de Pouso Alto, distrito de Gravatal, município de Tubarão.

Por a disposição:

Do Juízo Eleitoral da 21ª Zona de

Lajes, Anita Machado de Macedo, Professora Complementarista, referência VII (Escola isolada de Fernando, distrito e município de São Joaquim), a contar de 13 de junho de 1958.

Do Juízo Eleitoral de Concórdia, Neusa Therezinha de Lima, Professora Normalista, classe A-6, do Quadro do Poder Executivo (Grupo Escolar "Deodoro", de Concórdia), sem prejuízo de direitos e vantagens de seu cargo.

Conceder exoneração:

De acordo com o art. 101, item I, da lei n. 189, de 18-12-1954:

A Flávia Maria Tesses, Professora Normalista, classe A-6, do Quadro do Poder Executivo (Grupo Escolar "Roberto Trompowski", de Joacaba), a contar de 1º de março de 1958.

Remover, a pedido:

De acordo com art. 1º, da lei n. 18, de 1-8-1951:

Irmã Carolina Stringari, Regente de Ensino Primário, padrão I-2, do Quadro do Poder Executivo, das Escolas Reunidas "Professora Guiomar de Oliveira Goeldner", para as Escolas Reunidas "Expedicionário Servino Mengarda", de Alto Pomeranos, ambas no distrito de Arrozeira, município de Timbó.

Decreto de 11 de agosto de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Remover, "ex-officio":

João Napoleão Lajus, ocupante do cargo da classe C-7, da carreira de Auxiliar de Coletoria, do Quadro do Poder Executivo, da Coletoria de Joacaba para a de Fachinal dos Guedes e responder pelas funções de Coletor desta última Exatoria.

Decretos de 14 de agosto de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Conceder exoneração:

Artur Gerlach do cargo de Juiz de Paz, do distrito de Dez de Novembro, do município e comarca de Videira.

A Damira Antunes dos Santos do cargo de Escrevente Juramentado do Tabelionato de Notas e Escrivania do Crime, Cível, Comércio, Feitos da Fazenda, Provedoria e Resíduos, Órfãos e Ausentes e Protestos em Geral, da comarca de Videira, cujo serventário vitalício é Germano Schwartz Filho.

Nomear:

De acordo com o art. 174, da lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952:

Maria Carmem Novelto para exercer o cargo de Escrevente Juramentado da Escrivania de Paz, do distrito de Ascurra, do município e comarca de Indaial, cujo serventário vitalício é Jaco Badalotti.

De acordo com o art. 174, combinado com o art. 52, da lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952:

Nelson Varela Ubaldo para exercer o cargo de Suplente do Juiz de Paz, do distrito de Cerro Negro, no município e comarca de Lajes.

João Tomaz Pinheiro para exercer o cargo de Juiz de Paz, do distrito de Cerro Negro, do município e comarca de Lajes.

De acordo com o art. 173, parágrafo único, combinado com o art. 174, da lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952:

Alice Abreu para, com atribuição de fazer reconhecimento de letra e

As assinaturas do DIÁRIO OFICIAL poderão ser tomadas em qualquer época, sempre pelo prazo de um ano, observada a seguinte tabela:

Particulares	Cr\$ 150,00
Funcionários	Cr\$ 120,00

Para facilitar aos senhores assinantes, vai impressa junto ao endereço a data do término da assinatura, que será suspensa tão logo esteja vencida.

Pede-se o obsequio de renová-la com antecedência de 30 dias.

IMPrensa Oficial DO ESTADO

DIÁRIO OFICIAL

DIRETOR
PAULO HENRIQUE BLASI

Rua Jerônimo Coelho, n. 15 — Cx. Postal 138
Telefones: Diretor — 3079 — Portaria — 2688

Serão aceitos para publicação somente originais datilografados de um só lado do papel e autenticados,

ressalvadas, por quem de direito, as emendas e rasuras que nos mesmos se verificarem.

A comunicação do preço é feita por telegrama, sendo os originais encaminhados à publicação somente depois de haver a Tesouraria recebido a importância relativa.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, em casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, no máximo até cinco dias depois da saída do jornal.

As Repartições Públicas deverão providenciar para que a matéria destinada à publicidade seja entregue com um dia de antecedência.

firma, exercer o cargo de Escrevente Juramentado da Escrivania de Paz do distrito da Sede, do município de Urubici, da comarca de Bom Retiro, cujo serventário vitalício é Lauro Vieira de Andrade.

Armindo Luiz Gnoatto para, com atribuição de fazer reconhecimento de letra e firma, exercer o cargo de Escrevente Juramentado da Escrivania de Paz, do distrito da Sede, município de Dionizio Cerqueira, da comarca de Mondai, cujo serventário vitalício é Dalilo Quintino Pereira.

Gilberto Schreiner Pereira para, com atribuição de fazer reconhecimento de letra e firma, exercer o

Plante árvores e mais árvores para ter água e mais água

cargo de Escrevente Juramentado da Escrivania de Paz, do distrito da Sede, do município de Dionizio Cerqueira, da comarca de Mondai, cujo serventário vitalício é Dalilo Quintino Pereira.

Lory Guedes para, com atribuição de fazer reconhecimento de letra e firma, exercer o cargo de Escrevente Juramentado do 1º Tabelionato do Público, Judicial e Notas, e mais anexos, Ofício do Registro de Hipotecas e Especial, da comarca de Porto União, cujo serventário vitalício é João Nitto Gaspari.

Decretos de 19 de agosto de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Exonerar, a pedido:

O dr. Roberto Waldir Schmidt, do cargo de Sub-Diretor Penal, padrão 1-29, do Quadro do Poder Executivo, lotado na Penitenciária do Estado.

Nomear:

Henrique João Müller para exercer, interinamente, o cargo de Sub-Diretor Penal, padrão 1-29, do Quadro do Poder Executivo, e ter exercício na Penitenciária do Estado.

De acordo com o art. 174, da lei n. 634, de 4 de janeiro de 1952:

Nelci Cordeiro para exercer o cargo de Escrevente Juramentado da Escrivania de Paz, distrito da Sede do município e comarca de Porto União, cujo serventário vitalício é Jalmei Almeida.

Portarias de 13 de agosto de 1958

O GOVERNADOR RESOLVE

Designar:

O doutor Narbal Alves de Souza para, sem ônus para a Fazenda Es-

tadual, representar o Estado de Santa Catarina na Jornada Farmacêutica "Prof. Farm. Antônio Longo", que, de 18 a 24 de agosto de 1958, se realizará na cidade de Araraquara (São Paulo).

Conceder licença:

De acordo com o art. 13, da lei n. 198, de 18 de dezembro de 1954: Por cento e vinte (20) dias, com vencimentos integrais, à Artífice, referência VIII, lotada na Imprensa Oficial do Estado, Maria Neves Vilpert.

Por cento e vinte (20) dias, com vencimentos integrais, a Jurema Maria Carpes, Encadernador, padrão I-6, lotada na Imprensa Oficial do Estado.

Por cento e vinte (20) dias, com vencimentos integrais, a Terezinha de Jesus Luiz, Impressor, referência X, lotada na Imprensa Oficial do Estado.

A Maria Neide Campos Lopes, ocupante do cargo de Correntista, com exercício no Montepio do Estado, de 120 dias.

FAZENDA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA FAZENDA

EDITAL

Fica intimado ao senhor Manoel Waldomiro, estabelecido com açougue na Vila de Rio América — município de Urussanga, a tomar conhecimento da notificação 03049, Série B, efetuando o seu pagamento ou discutindo-a, se assim julgar conveniente. Findo o prazo regulamentar tomará caráter de auto de infração na forma recomendada pelo decreto 13/56.

Sub-Diretoria Técnica, do S. F. F., em 5 de agosto de 1958.

Oswaldo Silveira, sub-diretor.

Precisamos de árvores para termos água. Evite derrubá-las

EDITAL

Fica intimada a contribuinte Dlíma Telemberg Linhares, que estivera inscrita na jurisdição desta Capital, a efetuar o pagamento da notificação 1.222 Série E, ou discutí-la, se assim julgar conveniente. Findo o prazo regulamentar de 15 dias, tomará caráter de auto de infração, procedendo-se a cobrança na forma indicada pelo decreto 13/56.

Sub-Diretoria Técnica, do S. F. F., em 9 de agosto de 1958.

Oswaldo Silveira, sub-diretor.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Ata da 233ª sessão ordinária, realizada a 3 de junho de 1958.

Presidência: Excelentíssimo senhor juiz Nelson Heitor Stoeterau. Aos três dias do mês de junho, do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, na sala das sessões do edifício do Tribunal de Contas

do Estado, nesta Capital do Estado de Santa Catarina, reuniu-se em sessão ordinária o egrégio Tribunal de Contas, com a presença dos excelentíssimos senhores juizes, Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto, vice-presidente, Leopoldo Olavo Erig, Vicente João Schnei-

der, Nereu Corrêa de Souza, doutor Paulo de Tarso da Luz Fontes e doutor Aroldo Carneiro de Carvalho, sob a presidência do excelentíssimo senhor juiz Nelson Heitor Stoeterau. Estavam presentes os excelentíssimos senhores: Procurador, doutor Abelardo Rupp e sub-procurador, doutor Nilton José Cherem. Lida a ata da sessão anterior, foi a mesma, sem discussão, aprovada, e em seguida assinada pelos presentes. Na hora do expediente, nada houve. A seguir, foram assinados os acordãos dos seguintes processos de prestação de contas: 1) Processo n. 4.240/57. Responsável: dr. Huri Mendonça, médico do Posto de Saúde de Bom Retiro. 2) Processo n. 72/58. Responsável: Alberto Causs, Técnico Rural da Diretoria da Produção Animal. 3) Processo n. 4.330/57. Responsável: Jaime Silveira Sandin, encarregado de serviço do Hospital Colônia Santana. 4) Processo n. 641/58. Responsável: Ivo Maes, estatístico-assistente do Departamento Estadual de Estatística. 5) Processo n. 668/58. Responsável: dr. Joaquim Pinto de Arruda, médico-chefe do 7º Distrito Sanitário de Lajes. 6) Processo n. 255/58. Responsável: Wilton Martins da Silva, encarregado de serviço da Penitenciária do Estado. 7) Processo n. 97/58. Responsável: Eugênio Joaquim Coelho, oficial administrativo, do Departamento de Saúde Pública. 8) Processo n. 610/58. Responsável: dr. Abelardo Viana, médico chefe do 3º Distrito Sanitário de Blumenau. 9) Processo n. 690/58. Responsável: dr. Lourenço Clanci Filho, médico contratado do Posto de Puericultura de Criciúma. 10) Processo n. 498/58. Responsável: Wilton Martins da Silva, encarregado de serviço da Penitenciária do Estado. 11) Processo n. 3.044/57. Responsável: Balbino Martins, inspetor escolar. 12) Processo n. 205/58. Responsável: Wilton Martins da Silva, encarregado de serviço da Penitenciária do Estado. 13) Processo n. 3.354/57. Responsável: Wilson Martins de Melo, funcionário da Diretoria de Registro de Estrangeiros. 14) Processo n. 248/58. Responsável: Roldão de Castro Barbosa Câmara, diretor do Centro de Preparação Agrícola "Vidal Ramos", de Canoinhas. 15) Processo n. 27/58. Responsável: Alberto Causs, técnico rural, da Diretoria da Produção Animal. 16) Processo n. 74/58. Responsável: Alberto Causs, técnico rural, da Diretoria da Produção Animal. 17) Processo n. 248/58. Responsável: Roldão de Castro Barbosa Câmara, diretor do Centro de Preparação Agrícola "Vidal Ramos", de Canoinhas. 18) Processo n. 202/58. Responsável: Alberto Causs, técnico rural da Diretoria da Produção Animal. 19) Processo n. 109/58. Responsável: Indio Nery Schmidt, porteiro da Secretaria do Interior e Justiça. 20) Processo n. 4.306/57. Responsável: dr. João Schlemm, médico chefe do 4º Distrito Sanitário de Joinville. 21) Processo n. 605/58. Responsável: dr. Abelardo Viana, médico chefe do 3º Distrito Sanitário de Blumenau. 22) Processo n. 691/58.

Responsável: dr. Almiro Pereira Oliveira, engenheiro chefe do Serviço de Água e Esgoto. 23) Processo n. 44/58. Responsável: dr. Angelo de Carli, engenheiro residente do DER, em Joaçaba. 24) Processo n. 81/58. Responsável: Altino Flores, secretário do Governador. 25) Processo n. 4.625/57. Responsável: Odílio de Arruda Lins, encarregado do Posto de Suinocultura, de Concórdia. 26) Processo n. 3.485/57. Responsável: Indio Jorge Zavarizi, secretário do diretor de administração da Secretaria da Segurança Pública. 27) Processo n. 290/58. Responsável: dr. Heitor Baggio, médico do Posto de Saúde de Rodeio. 28) Processo n. 4.307/57. Responsável: Eugênio Joaquim Coelho, oficial administrativo do Departamento de Saúde Pública. 29) Processo n. 530/58. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores. 30) Processo n. 2.823/57. Responsável: dr. Albino Zeni, diretor do Posto de Saúde de Rio do Sul. 31) Processo n. 3.097/57. Responsável: Maria de Lourdes L. Carvalho, chefe de expediente da Diretoria de Terras e Colonização. 32) Processo n. 4.595/57. Responsável: Indio Jorge Zavarizi, secretário do diretor de administração da Secretaria da Segurança Pública. 33) Processo n. 209/58. Responsável: Francisco Brasinha Dias, inspetor escolar. 34) Processo n. 1.344/57. Responsável: Eduardo Areias Horn, inspetor de Terras e Colonização. 35) Processo n. 4.525/57. Responsável: dr. Almiro Pereira Oliveira, eng. chefe do Serviço de Água e Esgoto. 36) Processo n. 4.446/57. Responsável: dr. Almiro Pereira Oliveira, eng., chefe do Serviço de Água e Esgoto. 37) Processo n. 4.319/57. Responsável: dr. Almiro Pereira Oliveira, eng., chefe do Serviço de Água e Esgoto. 38) Processo n. 503/56. Responsável: Malaquias José da Silva, tesoureiro substituto da Diretoria de Obras Públicas. 39) Processo n. 96/58. Responsável: Wilton Martins da Silva, encarregado de serviço do Penitenciária do Estado. 40) Processo n. 4.176/57. Responsável: dr. João Schlemm, médico chefe do 4º Distrito Sanitário de Joinville. 41) Processo n. 4.469/57. Responsável: José Koerbel Júnior, administrador da Maternidade "Darcy Vargas", de Joinville. 42) Processo n. 863/58. Responsável: dr. Ivo Stein Ferreira, médico chefe do 2º Distrito Sanitário, de Itajaí. 43) Processo n. 398/58. Responsável: dr. Abelardo Viana, médico chefe do 3º Distrito Sanitário, de Blumenau. 44) Processo n. 2.606/57. Responsável: dr. José Corrêa Hülse, presidente da comissão de Energia Elétrica. 45) Processo n. 2.507/57. Responsável: dr. José Corrêa Hülse, presidente da comissão de Energia Elétrica. 46) Processo n. 91/58. Responsável: Elif Mendes Machado, escriturário da Secretaria da Agricultura. 47) Processo n. 3.806/57. Responsável: Heraldo José Mafessoni, oficial de gabinete da Secretaria da Fazenda. 48) Processo n. 31/58. Responsável: Francisco Ferreira, porteiro do Departamento Estadual de Estatística. 49) Processo n.

77/58. Responsável: Altino Flores, secretário do Governador. 50) Processo n. 608/58. Responsável: dr. Abelardo Viana, chefe do 3º Distrito Sanitário, de Blumenau. 51) Processo n. 532/58. Responsável: Wilton Martins da Silva, encarregado de serviço da Penitenciária do Estado. 52) Processo n. 218/58. Responsável: Edison Berwanger, encarregado do Posto de Suinocultura, de Videira. 53) Processo n. 4502/57. Responsável: Guy Harry Reymond da Fonseca, encarregado do Posto de Suinocultura, de Rio do Sul. 54) Processo n. 717/57. Responsável: dr. Almiro Pereira Oliveira, engenheiro chefe do Serviço de Água e Esgoto. Logo após, foi facultada a palavra para breves comunicações, usando da mesma o exmo. sr. juiz Nereu Corrêa de Souza, comunicando a casa que, havendo sido designado, representou o presidente do Tribunal de Contas na re-instalação do Museu de Arte-Moderna de Santa Catarina. Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos em pauta, com dispensa de publicação, concedida nos termos do art. 51, parágrafo 1º do Regulamento Interno: Foram comprovadas as contas, dando-se quitação aos responsáveis, os seguintes processos de prestação de contas. 1) Relatados pelo exmo. sr. juiz Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto: 1) Processo n. 4315/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 110.000,00. Verba 51-4-195. Responsável: José Koerbel, Júnior, administrador da Maternidade "Darcy Vargas", de Joinville. 2) Processo n. 3.724/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 20.000,00. Verba: 48-3-099. Responsável: dr. Abelardo Viana, chefe do 3º Distrito Sanitário, em Blumenau. 3) Processo n. 3.785/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 4.000,00. Verba: 48-3-099. Responsável: dr. Helly de Macedo Souza, médico do Posto de Saúde de Porto União. 4) Processo n. 4.592/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 20.000,00. Verba: 38-4-163. Responsável: José Alberto Livramento de Abreu, oficial de gabinete. 5) Processo n. 3.786/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 4.000,00. Verba: 48-3-096. Responsável: dr. Reneau Cubas, médico chefe do 5º Distrito Sanitário, de Canoinhas. 6) Processos ns. 592, 676, 677, 623, 591, 682, 684, 693, 593, 598, e 597/58. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Serviços de Água e Esgoto. Importância total: Cr\$ 11.669,70. Verba: 86-4-186. Responsável: dr. Almiro Pereira Oliveira, eng., chefe do S. A. E. II) Relatados pelo exmo. sr. juiz Leopoldo Olavo Erig: 1) Processo n. 698/58. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 11.500,00. Verba: 41-4-159. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do A. M. 2) Processo n. 3.174/57. Origem: Secretaria do Interior e Justiça — Penitenciária do Estado. Importância: Cr\$ 2.350,00. Verba: 23-3-092. Responsável: Wilton Martins da Silva, encarregado de serviço da P. E. 3) Processo n. 2.749/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 15.000,00. Verba: 53-3-143. Responsável: José Koerbel, Júnior, administrador da Maternidade "Darcy Vargas", de Joinville. 4) Processo n. 400/58. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 6.000,00. Verba: 48-4-159. Responsável: dr. Abelardo Viana, chefe do 3º Distrito Sanitário, de Blumenau. III) Relatados pelo exmo. sr. juiz Vicente João Schnei-

der: 1) Processo n. 2.970/57. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Serviço de Água e Esgoto. Importância: Cr\$ 3.332,00. Verba: 86-4-159. Responsável: dr. Almiro Pereira Oliveira, eng., chefe do S. A. E. 2) Processo n. 1.307/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 33.000,00. Verba: 44-4-195. Responsável: dr. Felipe Batista de Alencastro, diretor da Maternidade "Marieta Konder Bornhausen", de Itajaí. 3) Processo n. 1.979/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 36.000,00. Verba: 43-3-099. Responsável: dr. Orestes Thiibes, médico do Posto de Saúde de Campos Novos. IV) Relatados pelo exmo. sr. juiz Nereu Corrêa de Souza. 1) Processo n. 3.845/57. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Importância: Cr\$ 5.000,00. Verba: 28-4-161. Responsável: Cândido Ernesto de Souza, porteiro. 2) Processo n. 683/58. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas — Serviço de Água e Esgoto. Importância: Cr\$ 37,00. Verba: 86-4-186. Responsável: dr. Almiro Pereira Oliveira, eng., chefe do S. A. E. 3) Processo n. 669/58. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 9.000,00. Verba: 49-4-159. Responsável: dr. Joaquim Pinto de Arruda, médico chefe do 7º Distrito Sanitário de Lajes. 4) Processo n. 213/58. Origem: Secretaria da Agricultura. Importância: Cr\$ 30.000,00. Verba: 93-3-095. Responsável: Arnaldo Manhães de Mattos, eng., encarregado do Posto de Monta da Serra, de Lajes. 5) Processo n. 4.607/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 5.000,00. Verba: 48-3-099. Responsável: Alzira Antunes Mendes, auxiliar de escritório do Posto de Saúde de Araranguá. 6) Processo n. 722/58. Origem: Secretaria da Fazenda — Serviço de Fiscalização da Fazenda. Importância: Cr\$ 1.199,00. Verba: 65-4-159. Responsável: Ariosto José de Carvalho Costa, contador. 7) Processo n. 4.549/57. Origem: Secretaria da Agricultura. Importância: Cr\$ 30.000,00. Verba: 94-4-166. Responsável: Odílio Arruda Lins, encarregado do Posto de Suinocultura, de Concórdia. 8) Processo n. 246/58. Origem: Secretaria da Educação e Cultura — Delegacia de Ensino. Importância: Cr\$ 4.000,00. Verba: 36-0-014. Responsável: Marino Câmara Rosa, inspetor escolar. 9) Processo n. 368/58. Origem: Tribunal de Contas do Estado. Importância: Cr\$ 4.257,00. Verba: 03-4-163. Responsável: Dalva Conti Felício, auxiliar administrativo I-11. V) Relatados pelo exmo. sr. juiz dr. Aroldo Carneiro de Carvalho: 1) Processo n. 3.774/57. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Importância: Cr\$ 4.000,00. Verba: 36-0-014. Responsável: Jair Simão da Silva, inspetor escolar. 2) Processo n. 4.599/57. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Animal. Importância: Cr\$ 4.000,00. Verba: 93-4-161. Responsável: Lauro Fortes Bustamante, diretor da D. P. A. 3) Processo n. 4.260/57. Origem: Secretaria da Agricultura — Diretoria da Produção Animal. Importância: Cr\$ 145.760,00. Verba: 94-1-023. Responsável: Alberto Caus, técnico rural da D. P. A. 4) Processo n. 3.178/57. Origem: Secretaria da Segurança Pública. Importância: Cr\$ 5.000,00. Verba: 70-4-161. Responsável: Silene Cidade Gevaerd, auxiliar de secretaria. 5) Processo n. 688/58. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 3.000,00. Verba: 48-3-099. Responsável: dr. Lourenço Cianci Filho, Médico Contratado do Posto de Puericultura, de Criciúma. 6) Processo n. 219/58.

NOTICIÁRIO

AUDIÊNCIAS

Na última segunda-feira, o Governador Heriberto Hülse atendeu, em audiência previamente marcada, as seguintes pessoas: Deputados Caruso Mac Donald, Antônio Palma, Laerte Ramos Vieira e Sebastião Neves; srs. Luis Nicollazi, Antenor Vieira Borges, Eugênio Dottner, Isaias Viana e jornalista José Vitorino Lima.

O fogo na mata é a destruição da riqueza nacional

VISITA

Visitou o Governador o dr. Ubirajara Pimm, secretário do Ministro da Agricultura, que foi apresentado pelo dr. Celso Ivan Costa, Secretário da Agricultura.

COMISSÃO DA FCDU

Avistou-se com o Chefe do Executivo, tratando de assuntos da classe, uma comissão da Federação Catarinense de Estudantes Universitários.

O Brasil é rico. Será mais rico se você plantar uma árvore

INAUGURADA A VIII EXPOSIÇÃO NACIONAL FLORESTAL

O Governador Heriberto Hülse participou ante-ontem da sessão solene de inauguração da VIII Exposição Nacional Florestal, que se realiza no Teatro Álvaro de Carvalho,

Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Importância: Cr\$ 5.000,00. Verba: 53-4-153. Responsável: Francisco Brasinha Dias, Inspetor Escolar. 7) Processo n. 912/58. Origem: Secretaria da Educação e Cultura. Importância: Cr\$ 10.000,00. Verba: 35-4-182. Responsável: Balbino Martins, Inspetor Escolar. 8) Processo n. 3.841/57. Origem: Secretaria da Agricultura. Importância: Cr\$ 30.000,00. Verba: 102-3-092. Responsável: Roldão de Castro Barbosa Câmara, Diretor do Centro de Preparação Agrícola "Vidal Ramos", de Canoinhas. 9) Processo n. 3.084/57. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social. Importância: Cr\$ 12.000,00. Verba: 48-3-096. Responsável: dr. Joaquim Pinto de Arruda, Chefe do 7º Distrito Sanitário de Lajes. 10) Processo n. 184/58. Origem: Secretaria da Agricultura. Importância: Cr\$ 10.800,00. Verba: 94-4-166. Responsável: Arnaldo Manhães de Mattos, Encarregado do Posto de Monta da Serra, de Lajes. 11) Processo n. 256/58. Origem: Secretaria do Interior e Justiça — Penitenciária do Estado. Importância: Cr\$ 20.000,00. Verba: 23-095. Responsável: Wilton Martins da Silva, encarregado de Serviço da P.E. 12) Processo n. 695/58. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 21.200,00. Verba: 41-3-095. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores. 13) Processo n. 916/58. Origem: Secretaria da Agricultura — Importância: Cr\$ 25.000,00. Verba: 102-3-093. Responsável: Roldão de Castro Barbosa Câmara, diretor do Centro de Preparação Agrícola "Vidal Ramos, de Canoinhas. Foram julgados, ainda, os seguintes Processos de Prestação de Contas,

sob os auspícios do Serviço Florestal, do Ministério da Agricultura.

O magnífico e original conclave, que é o primeiro, no gênero, a se instalar nesta Capital, obedece à orientação do Acórdão Florestal de Santa Catarina e sua finalidade é despertar no seio do povo o interesse pelos assuntos florestais.

Os trabalhos foram presididos pelo Governador Heriberto Hülse, tendo usado da palavra, na ocasião, o secretário do Ministro da Agricultura, dr. Ubirajara Pimm, o Secretário da Agricultura, dr. Celso Ivan Costa e o executor do Acórdão Florestal em Santa Catarina, dr. Cesar Seara.

Após a solenidade de instalação, as autoridades e exmas. famílias percorreram todos os "stand", onde foram apreciadas as mais variadas espécies de plantas do Estado de Santa Catarina.

Alunos do Colégio "Dias Velho" executaram hinos, dando uma nota de realce à solenidade de instalação daquele magnífico e original certame.

Extinguindo o fogo na mata você estará cumprindo um dever patriótico

O TÚNEL DO RIO JÚLIO DEVERÁ FICAR PRONTO ATÉ DEZEMBRO

Segundo notícias de Joinville, o túnel do Rio Júlio, que se destina à ligação com o Bracinho, para aumento de reservatório que serve às usinas da Empresul, deverá ficar pronto até o mês de dezembro deste ano. Já se acham prontos 240 metros de cada lado do túnel, abertos quase totalmente em pura rocha.

sendo comprovadas as contas e dando-se quitação aos responsáveis, com a ressalva da multa calculada à fls. 1) Relatados pelo exmo. sr. juiz Monsenhor Pascoal Gomes Librelotto: 1) Processo n. 699/58. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 4.700,00. Verba: 41-2-065. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do A.M. 2) Processo n. 245/58. Origem: Secretaria da Segurança Pública — Diretoria do Serviço de Fiscalização de Armas e Munições. Importância: Cr\$ 900,00. Verba: 72-4-159. Responsável: Maria Madalena Galliani, Escriutária da Diretoria do Serviço de Fiscalização de Armas e Munições. 3) Processo n. 82/58. Origem: Secretaria da Agricultura. Importância: Cr\$ 7.000,00. Verba: 95-3-095. Responsável: Fernando Rodrigues Laureano, Encarregado do Posto de Defesa Sanitária Animal, de Urussanga. 4) Processo n. 447/58. Origem: Secretaria Geral do Plano de Obras e equipamentos — Comissão de Energia Elétrica. Importância: Cr\$ 57.800,00. Verba: 17-4-230. Responsável: dr. Ennio Schild, diretor Técnico da C. E. E. 5) Processo n. 685/58. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 9.700,00. Verba: 41-4-196. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do Abrigo de Menores. 5) Processo n. 685/58. Origem: Secretaria da Saúde e Assistência Social — Abrigo de Menores. Importância: Cr\$ 9.700,00. Verba: 41-4-196. Responsável: Irmão Urbano Máximo, diretor do A.M. 6) Processo n. 4.486/57. Origem: Secretaria da Viação e Obras Públicas. Importância: Cr\$ 153.208,00. Verba: 86-1-04. Responsável: Elmonide Balsini, Encarregado do Serviço de Água de Tubarão. 3)

4503)

(6510)

(2622)

ESTATUTOS DO JARDIM DE INFÂNCIA "SANTA CATARINA"

CAPÍTULO I

Da organização geral

Art. 1º — O Jardim de Infância Santa Catarina, (J. I. S. C.), fundado a 23 de junho de 1956, por iniciativa da senhora Marília Wagner Machado, com sede e fóra em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, é uma sociedade civil, cuja finalidade é ministrar, o ensino pré-primário, de acordo com as normas estabelecidas pelas organizações de ensino pré-primário.

Art. 2º — O J. I. S. C. terá duração indeterminada; no caso de dissolução, o seu patrimônio, nos termos do art. 22, parágrafo único, do Código Civil, será entregue ao Governo do Estado.

Art. 3º — O J. I. S. C., será representado, ativo e passivamente, judicial e extrajudicialmente pelo diretor.

Art. 4º — O J. I. S. C., terá personalidade distinta da de seus membros, e como pessoa jurídica, satisfeita, em tudo, a legislação em vigor.

Art. 5º — O J. I. S. C. não responde subsidiariamente pelas obrigações sociais.

CAPÍTULO II

Das matrículas gratuitas

Art. 6º — O J. I. S. C. obrigarse-á a manter alunos gratuitos, indicados pelos Governos do Estado de Santa Catarina e Municipal de Florianópolis, no total de cinco por cento (5%) do número da matrícula paga.

CAPÍTULO III

Da administração

Art. 7º — O J. I. S. C. será administrado por uma diretoria composta de um (1) diretor, um (1) secretário e um (1) tesoureiro.

Parágrafo 1º — As atribuições dos membros da diretoria serão reguladas pelo regimento interno e sua eleição será procedida por meio de escrutínio secreto, por um triênio, podendo ser reeleita.

Parágrafo 2º — O triênio começará na data da posse.

CAPÍTULO IV

Do currículo e dos programas

Art. 8º — O Currículo do Jardim de Infância constará das seguintes atividades:

- 1º) Linguagem.
- 2º) Conhecimentos gerais (noções de matemática e história pátria).
- 3º) Desenho e trabalho manuais.
- 4º) Educação física, jogos, música, dança e canto.
- 5º) Economia doméstica.

Art. 9º — A educação será baseada na observação, na experiência e capacidade criadora da criança, proporcionando oportunidade ao trabalho em cooperação, aos jogos educativos e às atividades extra-classe.

Art. 10 — A linguagem visará, essencialmente desenvolver na criança:

- a) a capacidade de exprimir o próprio pensamento de maneira clara, precisa e correta;
- b) a capacidade de compreender a expressão oral do pensamento alheio.

Art. 11 — A história pátria, constituirá instrumento de iniciação à formação cívica da criança, através do conhecimento elementar de algumas tradições dos principais fatos e vultos nacionais.

Art. 12 — O desenho será compreendido, principalmente, como meio de expressão do pensamento e visará, ainda, despertar ou incentivar o gosto estético e auxiliar o desenvolvimento das demais atividades.

Art. 13 — Os trabalhos manuais importarão em técnica simples, relacionados, tanto quanto possível, as demais atividades e abrangerão o triplice aspectos: Educativo, utilitário e artístico.

Art. 14 — A economia doméstica será orientada no sentido de proporcionar à criança noções práticas sobre a necessidade do lar, favorecendo a implantação de hábitos de trabalho, hi-

giene, economia e sociabilidade.

Art. 15 — A educação moral e cívica que se preocupará com a formação da personalidade infantil, processar-se-á, no decorrer das diversas atividades curriculares e extra-curriculares.

Art. 16 — A higiene será praticada através da aplicação orientada de seus próprios princípios, visando a criação de hábitos, que preservem a saúde da criança.

Art. 17 — Para maior segurança da ação, deverá a educadora elaborar sempre que necessário, o plano de trabalho (centro de interesse), focalizando como aspecto essenciais: o assunto, os objetos, a motivação, o desenvolvimento e as atividades decorrentes.

CAPÍTULO V

Do regime escolar

Art. 18 — O ano letivo no Jardim de Infância será iniciado na primeira quinzena de fevereiro e, terminará na segunda quinzena de dezembro, em dias previamente determinados pela direção do educandário.

Art. 19 — O período de férias será:

a) De 15 de dezembro a 31 de janeiro;

b) de 12 a 31 de julho.

Art. 20 — As aulas funcionarão diariamente, exceto aos sábados e domingos, dias feriados e dias santos de guarda.

Art. 21 — O dia letivo do Jardim de Infância será de oito (8) horas, em dois períodos, pela manhã e à tarde, incluídos, neste tempo trinta minutos para merenda e trinta para recreio, a saber:

Manhã:

Das 9,30 às 10 horas — Merenda;

Das 10 às 10,30 horas — Recreio.

Tarde:

Das 15 às 15,30 horas — Merenda;

Das 15,30 às 16 horas — Recreio.

Art. 22 — O corpo docente deverá comparecer quinze minutos antes do início das aulas.

CAPÍTULO VI

Da matrícula

Art. 23 — A matrícula far-se-á na segunda quinzena de janeiro, em data fixada pela direção do Jardim de Infância.

Art. 24 — A matrícula será registrada em fichas, cujos dados serão preenchidos com as informações prestadas pelos pais.

Art. 25 — Serão respeitados os seguintes limites de idades para a matrícula, tomando-se como termo de referência o dia 15 de fevereiro, do respectivo ano letivo:

1º período — 3 a 4 anos incompletos;

2º período — de 4 a 5 anos incompletos;

3º período — de 5 a 6 anos incompletos;

4º período — de 6 a 7 anos incompletos.

Art. 26 — No ato da matrícula dar-se-á conhecimento ao responsável pelo aluno das determinações regulamentares sobre a frequência, o uso do uniforme, o horário e a merenda.

CAPÍTULO VII

Da frequência

Art. 27 — Compete ao Jardim de Infância iniciar a criança nos hábitos da assiduidade e pontualidade.

Art. 28 — A retirada das crianças antes da hora regimental só poderá ser permitida por motivo de força maior, devidamente comprovado, ou em caso de moléstia súbita, quando deverá ser acompanhada pela educadora.

Art. 29 — A frequência dos alunos será registrada nas fichas de chamada.

Art. 30 — As crianças devem frequentar o Jardim, com regularidade, devidamente uniformizadas.

Art. 31 — A entrada só será permitida até às 8,30 horas, a fim de não dificultar as atividades nas salas de aulas, nem modificar o horário da merenda.

Art. 32 — As atividades do Jardim de Infância terão início às oito (8) horas e terminarão às doze (12) horas,

no período da manhã e das 13 (treze) horas às dezessete (17) horas no período da tarde.

Art. 33 — As crianças, cujos pais não as retirarem até às 12,30 horas (período da manhã) e às 17,30 horas (período da tarde), ficarão no educandário sob a guarda da diretora, cessando, por completo, depois daquelas horas, a responsabilidade da direção e das educadoras.

Art. 34 — Qualquer reclamação dos pais, sobre as atividades escolares, deve ser apresentada a diretora do educandário.

Art. 35 — As crianças só sairão sozinhas para casa, após as aulas, com a autorização expressa dos pais.

CAPÍTULO VIII

Da direção, da docência

Art. 36 — A direção do Jardim de Infância, será entregue a professor com titulação e conhecimentos capazes de garantir as finalidades da organização.

Art. 37 — Compete ao diretor:

1º) Cumprir e fazer cumprir as determinações deste estatuto;

2º) permanecer no estabelecimento durante todo o expediente;

3º) distribuir as educadoras pelas diferentes classes;

4º) representar e educandário em suas relações externas;

5º) reunir as educadoras para orientá-las sobre seus deveres e para estudos de assunto relativos ao ensino;

6º) inspecionar as classes, verificando o andamento das atividades escolares;

7º) zelar pela higiene do edifício e a conservação dos móveis;

8º) Proceder a matrícula e a classificação dos alunos, nos termos deste estatuto;

9º) fazer as educadoras e funcionários cumprirem exatamente o programa e o horário adotados, bem como os métodos e processo de ensino;

10) permitir as retiradas dos alunos, das educadoras ou dos funcionários, por motivo que pareça atendível, justificando-as ou não;

11) organizar os festejos escolares;

12) afastar as crianças do convívio escolares, por motivo de doença.

Art. 38 — Haverá tantas educadoras quantas se fizerem necessárias, na forma estabelecida neste estatuto.

Art. 39 — São deveres das educadoras, além das atribuições específicas do cargo:

1º) Comparecer ao estabelecimento pelos menos 15 minutos antes dos trabalhos escolares;

2º) cumprir as disposições deste estatuto e as determinações da direção do Jardim;

3º) fazer com regularidade e ordem a escrituração de sua classe preenchendo as fichas de chamada e aproveitamento;

4º) cooperar na manutenção da disciplina geral do Jardim, permanecendo nos pátios de recreio, orientando e observando os folguedos infantis;

5º) comparecer as festas escolares, devidamente uniformizadas (guarda-pó branco) e as reuniões convocadas pela direção;

6º) levar ao conhecimento da direção do Jardim qualquer fato anormal que se der em sua classe ou durante os recreios;

7º) reconduzir, logo que terminar o trabalho da classe, o material de uso comum, ao lugar designado para a sua guarda;

8º) auxiliar o diretor nos trabalhos do educandário.

CAPÍTULO IX

Do secretário

Art. 40 — Ao secretário compete:

1º) Organizar os serviços do secretariado, de modo a concentrar nela toda a escrituração e fichários do Jardim de Infância;

2º) cumprir e fazer cumprir as determinações da direção;

3º) organizar os relatórios mensais;

4º) ter sobre sua guarda todos os

livros e fichas de escrituração do estabelecimento;

5º) providenciar ouvida a direção o material necessário ao bom andamento das atividades escolares.

CAPÍTULO X

Do tesoureiro

Art. 41 — Ao tesoureiro compete:

1º) Superintender os serviços da tesouraria, ficando sob sua responsabilidade todos os valores a cargo dessa seção;

2º) ter a escrituração e contabilidade da tesouraria em perfeita ordem e sempre em dia;

3º) apresentar, mensalmente, a direção, um balancete da receita e despesas efetuadas;

4º) organizar e assinar as folhas de pagamento apresentando-as ao diretor no último dia útil de cada mês, ou no primeiro dia seguinte;

5º) apresentar anualmente, até o dia 15 de janeiro, balancete geral da tesouraria, referente ao ano anterior;

6º) arrecadar toda a receita do Jardim, taxas e consignações, passando recibo;

7º) praticar os demais atos que lhe competirem, em virtude da lei e regulamentos especiais;

8º) nenhuma quantia poderá ser retirada do banco, sem ser por cheque assinado pelo diretor;

9º) efetuar os pagamentos de folhas, conta ou fornecimento que tiverem o "pague-se" do diretor.

CAPÍTULO XI

Dos serventes

Art. 42 — Ao servente incumbe:

1º) Fazer a entrega da correspondência;

2º) fazer a limpeza interna e externa do edifício;

3º) trazer soalhos, móveis, utensílios, paredes e vidros, no mais perfeito estado;

4º) cumprir as ordens que lhe forem dados pelo diretor, na execução dos seus serviços.

CAPÍTULO XII

Disposições gerais

Art. 43 — Estes estatutos só poderão ser reformados, quando a proposta for da maioria absoluta da diretoria e tiver aprovação de dois terços da mesma.

Art. 44 — Todas as modificações feitas na legislação estadual, relativas ao ensino pré-primário, serão automaticamente incluídas nos estatutos e regulamentos deste Jardim de Infância e por ele observadas.

Art. 45 — São considerados fundadores do Jardim de Infância "Santa Catarina" que compareceram a reunião de 23 de junho de 1956, ou nele se fizeram representar, e os que antes da definitiva organização: Marília Wagner Machado, João de Deus Machado Filho, Luiz Félix Kruger, Sinova Wanderley, Marly Miriam Machado Kruger.

Art. 46 — Estes estatutos entrarão em vigor na data de sua aprovação e serão registrados, na forma da lei.

Art. 47 — Durante esse período, poderá a diretoria apresentar a assembleia geral extraordinária uma exposição de motivos sobre as condições financeiras do Jardim de Infância, para majoração das mensalidades, a qual poderá ser aceita ou não pelo plenário.

Art. 48 — Os casos omissos nestes estatutos poderão ser preenchidos por resoluções da assembleia geral extraordinária.

Art. 49 — Aprovados, por unanimidade de votos, em sessão de 2 de agosto de 1958, sob a presidência da senhora Marília Wagner Machado e secretariado pela professora Marly Miriam Kruger.

Art. 50 — Em cumprimento do disposto no artigo 7º e parágrafos dos estatutos, fica eleita a diretoria do Jardim de Infância Santa Catarina, da seguinte forma:

Diretor: Marília Wagner Machado.

Secretário: Marly Miriam Machado Kruger.

Tesoureiro: João de Deus Machado Filho.
 Florianópolis, 2 de agosto de 1958.
Mariia Wagner Machado
Marly Miriam Machado Kruger
João de Deus Machado Filho.
 Reconheço as firmas retro de Mariia Wagner Machado, Marly Miriam Machado e João de Deus Machado Filho e dou fé.
 Fpolis., 12 de agosto de 1958.
 Em test.: MLM. da verdade.
Maria de Lourdes Machado.
 (2603)

FUNDIÇÃO TUPY S. A.

Ata da assembleia geral ordinária

Aos vinte e nove dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e oito, nesta cidade de Joinville, à rua Pedro Lobo, n. 171, reuniram-se pelas nove horas da manhã, os acionistas da Fundação Tupy S. A., portadores de ações em número suficiente para ser instalada a assembleia e deliberar validamente. Por aclamação dos presentes, assumiu a presidência dos trabalhos o acionista e diretor, sr. Hermann Metz, que declarou instalada esta assembleia geral ordinária, convocada conforme edital regularmente publicado pela imprensa, datado de vinte e quatro (24) de março próximo passado, e convidou a mim, João Victor Meinert, para secretário. Abriu a sessão, o sr. presidente pronunciou as seguintes palavras: "Como é de conhecimento de todos os presentes, sofreu a nossa sociedade uma dolorosíssima perda, com o falecimento, em São Paulo, no dia vinte e quatro do corrente mês, de seu estimado fundador e diretor-presidente, sr. Albano Schmidt. Quem, como nós, teve a ventura de privar das relações com o falecido, conhecendo-lhe os dotes de inteligência, sua dedicação ao trabalho e à solução dos problemas inerentes ao cargo que desempenhava, aliados a um caráter e espírito elevados, pode avaliar o quanto representa para esta sociedade o seu desaparecimento ocorrido, prematura e inesperadamente, aos cinquenta e sete anos de idade. Em homenagem ao estimado falecido, nosso amigo sincero e leal, peço aos presentes um minuto de silêncio". Reaberta a sessão, pelo sr. presidente, os demais presentes pediram fossem feitas suas palavras proferidas e que as mesmas fossem transcritas em ata. Passando, depois, ao primeiro item da ordem do dia, solicitou o sr. presidente que fossem lidos o relatório da diretoria, o balanço geral, a demonstração da conta lucros e perdas, e o parecer que o conselho fiscal emitia sobre ditos documentos. Terminada a leitura, foram estes documentos postos em discussão e aprovados unanimemente por todos os acionistas presentes, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Passando, em seguida, ao item segundo, da ordem do dia, o sr. presidente propôs que fossem reeleitos os atuais membros e suplentes do conselho fiscal, e que fossem fixados os respectivos honorários para cada membro, em Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) por sessão a que comparecerem. Em votação, foram estas propostas aprovadas também pela unanimidade dos acionistas presentes. Ficam, assim, confirmados nos cargos de membros efetivos do conselho fiscal, os srs. Paulo Max Keller, Carlos Kasting Júnior e Edgar Klein, e como suplentes, os srs. Max Boehm, Guillermo Buch Pereira e Alfredo Kumlenn. Em seguida o sr. presidente deu conhecimento aos acionistas presentes do teor da ata lavrada à página dezenove, do livro de atas das reuniões da diretoria, ata esta que, submetida à votação, foi igualmente aprovada com as abstenções legais. Facultada a palavra a quem mais dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestasse e estando esgotada a ordem do dia, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata. Concluída esta e reaberta a sessão, foi submetida à apreciação de todos os presentes a ata lavrada, que em seguida, foi aprovada sem restrições. Eu, João Victor Meinert, a lavrei e assino

juntamente com todos os acionistas presentes. Joinville, 29 de abril de 1958.
 Hermann Metz, Nilson Bender, Gustavo Karmann, Georges Smirnow, Amandos Jurgens Inge Metz Voigt, Margaret Gerken, Mário Metz, Arno Schmidt, Eugênio Schmidt, por seu filho menor Udo Schmidt; Eugênio Schmidt, Arno Schwarz, Raul Schmitt e João Victor Meinert.

Certifico que, revendo o livro de atas da Fundação Tupy S. A., com sede nesta cidade de Joinville, nele encontrei às páginas 39, 40 e 41, a ata referente a assembleia geral ordinária, realizada em 29 de abril de 1958, que, bem e fielmente para aqui trasladel, indo por mim, João Victor Meinert, que a dactilografei, assinada juntamente com o referido presidente, sr. Hermann Metz, Joinville, 9 de maio de 1958. Hermann Metz. João Victor Meinert.

N. 11.870 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial, em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 16 de maio de 1958.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 16 de maio de 1958.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2380)

COMPANHIA DE PESCA "KRAUSE"

Cópia fiel da ata da assembleia geral ordinária

Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e oito (30-4-1958), pelas quinze (15) horas, na sede social da Companhia de Pesca "Krause", sita à rua Hercílio Luz, n. 109, 1º andar, sala 4, por força das convocações feitas nos jornais "Diário Oficial" do Estado, da Capital do Estado de Santa Catarina (ns. 6.063, 6.064 e 6.065 de 3, 7 e 8/4) e local "Itajaí" (ns. 208, 209 e 210, de 29/3, 12 e 19/4), reuniram-se os srs. acionistas consoante posturas lançadas no livro de presença, em assembleia geral ordinária, em primeira convocação. Assumindo a presidência, conforme os estatutos, o diretor geral desta companhia, sr. Eugênio Krause, que constatou o número legal de comparecimentos, podendo a assembleia funcionar, solicitando que os presentes indicassem um acionista que presidisse os trabalhos. Por unanimidade, os presentes aclamam o seu próprio nome, razão porque, declarando abertos os trabalhos desta assembleia, convida a mim, Sady Magalhães e ao acionista Rodolfo Krause, para secretários. Obedecendo a ordem do dia da convocação, manda o sr. presidente que eu, Sady Magalhães, procedesse a leitura do balanço geral, conta de lucros e perdas e demais anexos do balanço que havia sido publicado no "Diário Oficial" do Estado, n. 6.067, de 24-4-1958, o que é feito em todos os seus detalhes. Antes de colocar estas peças em discussão, o sr. Eugênio Krause, com a palavra na qualidade de diretor-geral, passa a prestar esclarecimentos, explicando a situação do mercado de camarão e a razão porque sofremos um prejuízo na importância de Cr\$ 215.470,60, valor que ele considerava dos menores sofridos pelas congêneres, ao que está seguramente informado. Postos o balanço geral e conta de lucros e perdas, em discussão, e não tendo sido solicitada a palavra são postos em votação, aprovados por unanimidade, se abstendo de votar os diretores da companhia. A seguir, o sr. presidente declara competir a assembleia eleger o novo conselho fiscal, membros efetivos e suplentes, dando obediência ao 2º ponto da ordem do dia. Pedindo a palavra o acionista Guido Otávio Miranda, propõe que, por aclamação, sejam reconduzidos os mesmos elementos deste

setor administrativo, sendo, consequentemente, reeleitos os srs. Genésio Miranda Lins, Plínio G. Kroeff e Carlos J. Bauer, como membros efetivos; e os srs. Ernesto Leopoldo Czerniewicz, Domingos Aniceto da Costa e Francisco Pedro da Costa Júnior, como membros suplentes do conselho fiscal. O 3º ponto da ordem do dia, se desenrola como amistosa palestra entre os acionistas, dada ela num desenvolvimento e sugestões apresentadas, a bem do futuro da nossa companhia. Nesta ocasião, pede novamente a palavra o sr. Guido Otávio Miranda, para propor um voto de louvor para os srs. diretores no que é acompanhada pelos presentes, exceto os diretores. Ninguém mais pedindo a palavra, o sr. presidente declarou encerrados os trabalhos desta assembleia geral ordinária e dos quais, eu, Sady Magalhães, fiz lavrar a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesa. Itajaí, 30 de abril de 1958. (Ass.) Eugênio Krause, presidente. Sady Magalhães, secretário. Rodolfo Krause, secretário. Declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada às folhas 7, do competente livro de atas da companhia de Pesca Krause. Itajaí, 10 de maio de 1958. Sady Magalhães.

N. 11.944 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 29 de maio de 1958.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 29 de maio de 1958.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2506)

CASA WILLY SIEVERT S. A. — COMERCIAL

Ata da assembleia geral ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e oito, pelas quinze horas, na sede social, reuniram-se em assembleia geral ordinária, os acionistas que subscreveram o livro de presença, previamente convocados por edital publicado na forma da lei, no "Diário Oficial", do Estado de Santa Catarina, edições ns. 6.055, 6.056 e 6.057 e, ainda no jornal local "A Nação", edições ns. 60, 61 e 62. Havendo quorum legal para deliberar, assumiu a presidência a senhora Victória Sievert, diretora-presidente desta sociedade, que declarou aberta a sessão e convidou a mim, Arno Letzow, para secretariar os trabalhos. Iniciando-os, procedi à leitura do edital de convocação, o qual é do seguinte teor: "Casa Willy Sievert S. A. — Comercial — Assembleia geral ordinária — Edital de convocação. Pelo presente, ficam convidadas os senhores acionistas desta sociedade para comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 28 de abril do corrente ano, às 15 (quinze) horas, na sede social, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Discussão e aprovação do balanço e contas do exercício de 1957. 2º — Eleição do conselho fiscal. 3º — Outros assuntos de interesse social. Nota — Achem-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Blumenau, 12 de março de 1958. Willy Sievert, diretor-superintendente. Em seguida passou-se ao primeiro ponto da ordem do dia, ou seja relatório da diretoria, demonstração do ativo e passivo, demonstração de lucros e perdas, parecer do conselho fiscal e contas do exercício de 1957. A senhora presidente chamou a atenção da casa sobre a rubrica "gratificações a pagar", constante do balanço, tendo sido aprovados os créditos feitos a cada um dos beneficiados, abstendo a manifestar-se cada um com relação ao próprio nome. Ato contínuo, foram estudados os demais documentos, e após amplo debate,

foram os mesmos aprovados por unanimidade, abstenção feita pelos impedidos por lei. Passando-se ao segundo ponto da ordem do dia, pediu a palavra o acionista Arno Letzow, o qual manifestou o seu pesar pelo falecimento do conselheiro Erich Hermann e sugeriu os seguintes nomes para conselheiros para o corrente ano: Orlando Ferreira de Mello, Helmuth Melcher e Arnfried Vollrath, para membros efetivos e os senhores Curt Boehme, Rolf Gutz e Walter Weidlich, como suplentes. Pôsto em votação esta proposta, foi a mesma aprovada por unanimidade, e fixou-se a quantia de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) de honorários por sessão a que comparecerem. Passou-se, então, ao último ponto da ordem do dia, tendo sido facultada a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Manifestou-se o acionista Willy Sievert, o qual sugeriu um aumento nos vencimentos dos diretores gerente e subgerente, sendo de ... Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) e Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), respectivamente e a partir do mês de abril corrente. Pôsto em votação, foi aprovada a proposta por unanimidade, deixando de votar os indicados com relação ao próprio nome. Ainda com a palavra, o mesmo orador trouxe ao conhecimento da assembleia, que a firma comemorará ainda este ano o seu 25º (vigésimo quinto) aniversário de fundação, tendo sido aplaudido este fato com calorosa salva de palmas. Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, a senhora presidente, agradecendo o comparecimento de todos, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, eu, Arno Letzow, secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai por todos assinada. Arno Letzow, secretário; Willy Sievert, por sua filha menor Regina; Willy Sievert, por sua filha menor Beatrice; Willy Sievert, por sua filha menor Rose-Marie; Willy Sievert, por sua filha menor Sybilla Victória; Willy Sievert, por sua filha menor Lygia; Willy Sievert, por sua filha menor Frieda Ackermann, Victória Sievert, Conrado Hass, Edmundo Hlinsching, Helmuth Henschel, Hilda Plautz Kamer, Heinz Kastnar Sievert e Martinho Cardoso da Velga. É cópia da ata que se acha transcrita no livro das assembleias gerais desta sociedade de fls. 9 verso à fls. 11. Blumenau, 28 de abril de 1958. Arno Letzow, secretário.

N. 11.898 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial, em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 22 de maio de 1958.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 22 de maio de 1958.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2401)

CLUBE DE MÚSICA DE FLORIANÓPOLIS

1ª assembleia geral

Pela presente ficam convidados os srs. sócios desta entidade a comparecerem à primeira assembleia geral, que se realizará no Museu de Arte Moderna, em Florianópolis, pelas 20 horas do dia 18 do corrente mês, a fim de deliberar sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Exame, discussão e aprovação do relatório da diretoria e demonstração de conta.

2º — Eleição da nova diretoria.

3º — Assuntos diversos do interesse social.

Florianópolis, 13 de agosto de 1958.

João Evangelista de Andrade Filho, presidente.

(3—3)

(2608)

APELAÇÃO CRIMINAL N. 8.971, DA COMARCA DE JOINVILLE

Relator: Des. Belisário Ramos da Costa.

- Lesões corporais leves: — Materialidade do delito comprovada também pelo fato de haver o réu dado uma bofetada na vítima, causando-lhe dor, sem lesões externas.
- Desnecessidade da assinatura de duas testemunhas no auto de corpo de delito.
- Legítima defesa não caracterizada, face à agressão inesperada do réu à vítima, muito mais fraca, fisicamente.
- Aplicação dos §§ 4º e 5º do art. 129 do Código Penal: — substituição da pena de detenção pela de multa.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal n. 8.971, da comarca de Joinville, em que são apelantes e apelados a Justiça, por seu Promotor, e ANTONIO FRANCISCO MIRA:

ACORDAM, em Câmara Criminal, por unanimidade de votos, rejeitada a preliminar de nulidade do processo, suscitada pela defesa, no mérito, NEGAR PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS, por maioria de votos.

Assim decidem, pelos seguintes fundamentos:

I. Não procede a preliminar, porque a falta da assinatura de um dos peritos no auto de corpo de delito de fls. 6, constitui mera irregularidade, que nenhum prejuízo trouxe, no caso, ao esclarecimento da verdade. A contusão sofrida no nariz, pela vítima JOSÉ RODRIGUES DA CUNHA, em consequência do sôco ou bofetada que lhe desferiu o réu, está positivada também pela prova testemunhal, unânime, colhida no inquérito policial e ratificada em juízo. Todas as testemunhas arroladas na denúncia, dizem que o acusado deu uma bofetada na vítima, e só isso — tendo produzido dor, evidentemente, bastaria para caracterizar o delito do art. 129 do Código Penal, mesmo sem a constatação de lesões externas. Quanto à assinatura de duas testemunhas no referido auto — como pretende a defesa — a lei processual não faz tal exigência. Só no termo de confissão do indiciado são elas necessárias.

II. A sentença apelada merece inteira confirmação, por seus próprios fundamentos, ao repelir a justificativa da legítima defesa própria pretendida pelo acusado, que agrediu inesperadamente a vítima, sem necessidade, segundo as testemunhas insuspeitas já mencionadas. Só depois de levar a bofetada, dentro do Bar, foi que a vítima, reagindo, procurou, já na rua, agredir também ao acusado, mas sendo muito mais fraca fisicamente, não o conseguiu, apanhando novamente do mesmo acusado, que a derrubou. E com a intervenção de terceiros, que seguraram a ambos, os ânimos serenaram. Não procede, assim, a apelação da defesa, cujas testemunhas pretenderam claramente beneficiar o réu.

III. Não procede também a do Ministério Público, que se insurge, apoiado pelo Dr. 1º Sub-Procurador Geral do Estado, em exercício, — contra a aplicação da pena de multa, ao invés da de detenção, prevista no art. 129, "caput", do Código Penal. E não procede porque está sobejamente provado nos autos a provocadora insistência com que a vítima pretendia vender o "bolo" esportivo do "CAXIAS F. C.", ao acusado, chamando-o de "mau caxiense", de "palpites furados" e até de "covarde", "que não era homem para dar em ninguém".

Diante de tais provocações, em público — ainda que houvesse o réu se excedido na repulsa, com a bofetada desnecessária que desferiu, — não se pode deixar de reconhecer que cometeu o crime "sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima", nos precisos termos do § 4º, final, do art. 129 do Código Penal. E andou, assim, acertadamente a sentença, aplicando-lhe somente a pena de multa de Cr\$ 200,00, de acordo com o § 5º, inciso I do mesmo artigo.

Nega-se, por isso, provimento a ambos os recursos.

IV. Diga-se, por último, que processos como este, pela sua irrelevância, não deveriam subir em grau de recurso à segunda instância, e nem sequer ocupar a atenção dos Juizes de Comarca, por que corriqueiro atrito de rua, de pura alçada da Polícia Judiciária, numa legislação processual mais adiantada, de que estamos carecendo, com urgência. Custas na forma da lei.

Florianópolis, 20 de dezembro de 1957.

Belisário Ramos da Costa, Presidente e Relator. Euclides Cerqueira Cintra.

Fui presente: Milton da Costa.

Foi presente ao julgamento o Exmo. Sr. Des. José do Patrocínio Gallotti, vencido quanto ao mérito. Dava provimento ao recurso para absolver o apelante. Data supra. Belisário Costa.

— o —

APELAÇÃO CÍVEL N. 3.993, DA COMARCA DE ITAJAI

Relator: Des. Ivo Guilhon Pereira de Mello.

USOCAPÃO EXTRAORDINÁRIO. SEUS REQUISITOS.

— Não provados os requisitos do usocapião, julga-se improcedente a ação.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n. 3.993, da comarca de Itajaí, em que é apelante João Sisino Sebastião e apelado Fausto Estanislau Valentim:

ACORDAM, em 1ª Câmara Civil, por votação unânime, conhecer da apelação e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença apelada.

Trata-se de ação de usocapião, requerida por João Sisino Sebastião, que alega possuir por si e seus antecessores, há mais de 30 anos, um terreno no lugar "Fortaleza" em "Armação" distrito da Penha, como se fôsse seu, sem oposição alguma.

Até 1924, ali permaneceu Estanislau Valentim que, em data de 16 de fevereiro daquele ano vendou-o a Domingos Manoel Jacinto, que o transferiu ao requerente, em setembro de 1945.

No imóvel permanecem a mãe do autor e parentes, por motivo de sua transferência para S. Francisco do Sul.

A contestação diz em resumo que, o autor não mantém posse, nem domínio da área requerida, porque ela pertence a Camila Luiza Vieira, sendo a venda feita por Estanislau Valentim, nula, porque o terreno não lhe pertencia e, Domingos Manoel Jacinto, analfabeto, se vendeu o imóvel foi à mãe do autor e não a ele diretamente.

A sentença julgou improcedente a ação, considerando pertencer a propriedade a Camila Luiza Vieira, em cujo nome se acha transcrita.

Não merece apoio a invocação do art. 505 do C. Civil, por inaplicável à hipótese dos autos.

É que Camila podia bem ter perdido a propriedade, se Sisino a tivesse adquirido pela prescrição aquisitiva ou usocapião.

Mas não a adquiriu, porque não provou os requisitos necessários ao usocapião extraordinário.

O documento que prova o domínio de Camila é de 1912 e o início da posse do autor teve lugar em 1924, mas, decorrente de compra e venda, não de Camila, mas de Estanislau Valentim e sua mulher Luiza Camila Vieira, sendo que, esta última não assinou o mal feito compromisso de venda, viciado desde a própria assinatura de Estanislau, feita por pessoa que redigiu o documento, e não ele.

Por conseguinte, o autor não é sucessor a título singular, de Camila, porque dela nada recebeu por compra. Não pode somar a sua posse à do antecessor, porque o título que exhibe lhe nega a propriedade do imóvel.

Ademais, pelo documento de fls. 5, verifica-se que não foi o autor quem sucedeu a Domingos Manoel Jacinto, mas, sim, sua mãe, em cujo nome consta a compra do imóvel, como reforçam as testemunhas.

E quem continua na posse do imóvel é a sua mãe, por ter o autor transferido a sua residência para S. Francisco do Sul.

Consequentemente ao exposto, nega-se provimento à apelação para confirmar a sentença recorrida, pela sua conclusão.

Custas pelo apelante.

Florianópolis, 19 de dezembro de 1957.

Osmundo Nóbrega, Presidente. Ivo Guilhon, Relator. Alves Pedrosa.

Fui presente: A. J. Rosa.

APELAÇÃO CRIMINAL N. 8.978, DA COMARCA DE BLUMENAU

Relator: Des. Ferreira Bastos.

— Da sentença que julga extinta a punibilidade. — e a perempção é uma das causas —, cabe recurso **STRICTO SENSU**, e não **APELAÇÃO**.

— Porque evidente o equívoco na interposição do presente, converte-se o julgamento em diligência a fim de que se proceda à redistribuição dos autos na sua classe própria.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação criminal n. 8.978, da comarca de Blumenau, apelantes Bruno Orlando Beilfuss e João Lana e apelados Carlos Gutz, Henrique Probst e Curt Voigt:

ACORDAM, em Câmara Criminal, sem divergência de votos, e adotando, por procedente, a preliminar suscitada no parecer a fls. 81, converter o julgamento em diligência para que sejam os autos redistribuídos como de recurso criminal, assim na sua classe própria.

Com efeito, julgando o Dr. Juiz a quo extinta a punibilidade pela perempção — que é uma das causas (art. 108, IV, infine, do Código Penal) —, daquela sentença caberia recurso em sentido estrito (art. 581, VIII, do Código de Processo Penal), e não apelação.

Succede, no entanto, que, no regime da lei processual em vigor, consagrado está o princípio de que "salvo a hipótese de má fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro" (Cód. Proc. Penal, art. 579).

No caso, o que se evidencia é, pura e simplesmente, o equívoco dos apelantes ao interpor o seu apelo, que o fizeram, aliás, no prazo estabelecido para os recursos em sentido estrito, desse jeito em tempo hábil.

Florianópolis, 1º de abril de 1958.

Ferreira Bastos, Presidente e Relator. Belisário Costa. Arno Hoeschl. Fui presente: Milton Costa.

—O—

AGRAVO DE PETIÇÃO N. 171, DA COMARCA DE BLUMENAU

Relator: Des. Ivo Guilhon Pereira de Mello.

ACIDENTE DO TRABALHO — LEI DE ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO A CASOS PASSADOS.

— A lei de acidentes de trabalho, que é de Ordem Pública, tem aplicação a fato ocorrido antes da sua vigência.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 171, da comarca de Blumenau, em que é agravante Itatiaia Cia. de Seguros e agravado Rudolf Michel:

ACORDAM, em 1ª. Câmara Civil, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão recorrida.

Na presente ação de acidente de trabalho em que foi vítima o operário Rudolf Michel, condenou o Juiz a Seguradora a pagar 307 diárias na base de Cr\$ 120,00, correspondente a um período de 29 de agosto de 1956 a 2 de julho de 1957.

Pretende a agravante que, tendo o acidente ocorrido em 29 de agosto de 1956, não podia ter sido aplicada, a lei n. 2.873, de 18 de setembro de 1956, que agrava de muito a indenização e, é princípio consagrado a irretroatividade da lei, conforme dispõe a Constituição Federal, art. 141, parágrafo 3º.

Enfim, quer a agravante que o acidentado seja indenizado na base da diária de Cr\$ 28,00.

Improcedem, todavia as razões da agravante, uma vez que, sendo a Lei de Acidentes de ordem pública, tem aplicação a casos passados. Nesse sentido tem se manifestado a jurisprudência do Supremo.

"Trata-se de lei de ordem pública, em face da qual, de um modo absoluto, não há falar em situação jurídica definitivamente constituída nem, igualmente, em ato jurídico perfeito.

É princípio inconteste que toda lei de ordem pública tem efeito imediato e geral, visando a situações especiais em que predomina o interesse público, o bem da coletividade, em suma a realização do fim social.

O acidente do trabalho ocorrido antes da lei ora vigente, deve aplicar-se o preceito desta, tanto mais quando as suas normas atenuam a situação de infortúnio, menos amparada pela lei anterior. Essa consequência é de intuitiva razão jurídica e atende a superior princípio da realização social do Estado". Ac. do S. T. F., de 12 de maio de 1952 — Arq. Jud. V. 103, p. 41.

Como bem diz o ilustre Juiz Marelio Medeiros na sua sustentação, a interpretação do advogado da Seguradora, conduz a uma conclusão absurda: "quer que o acidentado seja indenizado com base na diária de Cr\$ 28,00, quando a lei vigente manda que o seja à razão do salário que percebia ao tempo do acidente, vale dizer, da diária de Cr\$ 120,00. Maior é ainda o absurdo se considerarmos que o salário mínimo é de Cr\$ 80,00. Como viver o acidentado com a diária de apenas Cr\$ 28,00, se o quantum de Cr\$ 80,00 representa, por força de lei, o salário mínimo capaz de satisfazer, nesta região, às necessidades normais do trabalhador e de sua família? Ou o operário acidentado não tem o direito de sobreviver?"

Em face das razões expostas é que se nega provimento ao agravo.

Custas pela agravante.

Florianópolis, 18 de março de 1958.

Alves Pedrosa, Presidente. Ivo Guilhon, Relator. Arno Hoeschl.

Fui presente: Delfim Mário Pádua Peixoto.

— x —

AGRAVO DE PETIÇÃO N. 124, DA COMARCA DE BLUMENAU

Relator: Des. Adão Bernardes.

ACIDENTE DO TRABALHO. CÁLCULO INDENIZATÓRIO. CRITÉRIO LEGAL.

No cálculo da indenização, computa-se o salário real do acidentado, com redução ao limite máximo de Cr\$ 40,00, se a percentagem legal prevista no art. 19, § único, da lei acidentária for superior a tal limite.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 124, da comarca de BLUMENAU, em que é agravante — a "TRANSATLÂNTICA, CIA NACIONAL DE SEGUROS" e agravado — LOTHAR HORSCH:

ACORDAM, em Segunda Câmara Civil, por votação unânime, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a decisão agravada.

I — A "TRANSATLÂNTICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS" apresentou ao Juiz de Direito da 1ª Vara da comarca de Blumenau, para homologação, o termo de acordo firmado com o operário LOTHAR HORSCH, para liquidação das obrigações decorrentes de um acidente do trabalho por este sofrido em data de 26 de junho de 56, quando a serviço da "ELETRO AÇO ALTONA, S. A.", sediada naquele município.

II — O Dr. Curador de Acidentes opinou favoravelmente a homologação; ressalvando, entretanto, ao operário, o direito de, por ação revisional, reclamar o restante da indenização, feito o cálculo na base do salário real e não, do salário teto, previsto no art. 44 da L. A., como consta do referido termo de acordo.

III — Na base desse parecer foi efetivamente homologado o acordo e, posteriormente, reconhecido ao operário o direito à complementação salarial.

IV — Inconformada, agravou a "TRANSATLÂNTICA", pugnando pela adoção, na feitura do cálculo, do critério previsto no parágrafo único do art. 19 e 44, combinados, da referida lei de acidentes, vale dizer, tomando-se por base o máximo salarial de Cr\$ 40,00 e não o salário real, como foi observado na sentença recorrida.

V — O critério adotado na decisão agravada de calcular os setenta centésimos a que alude o parágrafo único do art. 19, tomando-se por base o salário real do operário e fazendo-se a redução ao máximo de Cr\$ 40,00 si esses setenta centésimos lhe forem superiores — é juris-

prudência pacífica desta 2ª Câmara e a tendência, no Supremo Tribunal Federal, é de integral apoio a essa jurisprudência, conforme se vê dos arrestos referidos na decisão agravada.

VI — Sua confirmação, pois se impõe, com a ressalva constante do parecer da douta Procuradoria Geral do Estado (fls. 40), não tendo, entretanto, procedência, a retificação aí proposta, no concernente ao valor da indenização, pois o cálculo adotado na sentença, obedeceu a dados concretos reveladores da certeza e exatidão do "quantum" apresentado pelo Juiz.

Custas pelo agravante.

Florianópolis, 2 de dezembro de 1957.

Patrocínio Gallotti, Presidente, com a declaração de que retificava o cálculo, tomando por base a remuneração de Cr\$ 40,00.

Adão Bernardes, Relator. Vítor Lima.

Estêve presente e funcionou como Procurador Geral, o Exmo. Sr. Dr. Hans Buendgens.

Adão Bernardes.

HABEAS-CORPUS N. 2.810, DA COMARCA DE CONCÓRDIA

Relator: Des. VÍTOR LIMA.

Habeas-Corpus. Prisão preventiva compulsória. Fundamentação do respectivo despacho.

Contra o autor de homicídio doloso, a prisão preventiva, a princípio obrigatória, só não será decretada se os autos evidenciarem, sem qualquer dúvida, ter o agente praticado o crime em estado de legítima defesa. Na falta de elementos bastantes ao reconhecimento da justificativa, a prisão preventiva é indeclinável decorrência da constatação do crime e de sua autoria.

Está satisfatoriamente fundamentado o decreto de prisão preventiva compulsória, que descreve o ato, individualiza o agente, aceita os efeitos de prática ilícita, cuja capitulo penal declara.

Voto vencido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas-corpus n. 2.810, da comarca de Concórdia, em que são impetrantes os drs. Olavo Rigon e Neudy Primo Massolini e é paciente Riquelmo Zat:

I — Os impetrantes querem se reconheça ou a) ter o crime sido praticado "dentro das condições de isenção de pena do art. 19 e seus parágrafos do Código Penal Brasileiro" ou b) a insuficiência de fundamentação do despacho de prisão preventiva do paciente, já então denunciado como autor do homicídio qualificado na pessoa de Antônio Soares Leal Sobrinho, também conhecido por Ednor Soares, fato verificado, a 10 de janeiro deste ano, na localidade Lageado Polidoro, distrito de Ipumirim, município e comarca de Concórdia.

II — Em seu primeiro fundamento, o pedido ressente-se de maior objetividade técnica, à vista da triplice situação articulada no invocado dispositivo. Entretanto, a argumentação — de que quem defende direito seu, de sua família ou da sociedade jamais poderá ser preso preventivamente — circunscreve, está-se a ver, tal alegação à indenidade penal decorrente de o ato ter sido praticado em estado de legítima defesa.

Sob este aspecto, a pretensão liberatória arrima-se, ainda que não expressamente mencionado, no art. 314, do Código de Processo Penal que conceitua, a par de outras situações, o estado de legítima defesa como intransponível obstáculo à decretação, facultativa ou compulsória, da legítima defesa.

Assim, com o efeito, dispõe a norma processual que, entretanto, impõe seja plena, pelo que constar dos autos, a prova da justificativa; a exigência se compreende: trata-se, no dispositivo, da exceção às regras dos dois anteriores artigos, pelo primeiro dos quais — que é o aplicável à hipótese — "a prisão preventiva será decretada nos crimes a que for cominada pena de reclusão por tempo, no máximo, igual ou superior a dez anos".

Ora, sendo, como se sabe, de aplicação restrita todo e qualquer princípio de exceção, a prisão preventiva só se não decretaria na espécie, em que os próprios e ilustres impetrantes admitem a ocorrência de um

homicídio doloso, se a legítima defesa surgisse manifesta das provas constantes dos autos.

Tanto não registra o respectivo despacho, nem tanto se infere da instrução do pedido; esta, ainda que significativa e unânime no testemunhar os péssimos antecedentes da vítima, é omissa nas circunstâncias em que ocorreu o delito, enquanto que aquele acentua a obscuridade da prova que, falha, apresenta, por isso mesmo, sensíveis lacunas impeditivas de mais seguro julgamento do fato.

Ai se consigna, pois, a carência de elementos que melhor esclarecessem o juízo, o qual, por força mesmo dessa deficiência, não poderia reconhecer a justificativa, só judicialmente acolhível quando exaustivamente comprovada, ou seja, se se apresentasse sobreceira a qualquer dúvida.

III — Outrossim, o impugnado despacho da lavra do sr. Juiz de Paz, então no exercício do cargo de Juiz de Direito da comarca, contém todos os requisitos essenciais ao ato: faz referência ao fato criminoso, que classifica adequadamente; a sua indiscutível autoria e seus efeitos e, como se viu, demora-se, quanto suficiente, no exame da compulsoriedade da medida, tanto que declara a ausência de base permissiva a favorável juízo acerca da situação do paciente, no momento em que este delinquir; dá, portanto, a autoridade judiciária satisfatórias razões — e mais não era preciso — fundamentadoras da providência, cuja decretação preenche, por consequência, a exigência do art. 315, do precatado Código processual que dispõe seja sempre fundamentado o despacho que decretar a prisão preventiva.

Por estes fundamentos,

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, por maioria de votos, desprezar a preliminar suscitada pelo Exmo. Sr. Des. Patrocínio Gallotti, da avocação dos autos originais e, no mérito, ainda por maioria e de acórdão com o parecer oral do Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado, negar a ordem impetrada.

Custas na forma da lei.

Florianópolis, 5 de março de 1958.

Osmundo Nóbrega, Presidente. Vitor Lima, Relator. Hercílio Meleiros. Maurillo Coimbra. Belisário Costa.

José do Patrocínio Gallotti, vencido: votei por que se avocassem os autos do processo a que o paciente responde. E vencido nessa preliminar, concedi a ordem, por entender data vênica, que, em face dos elementos constantes destes autos, era de reconhecer-se que o paciente agiu em legítima defesa própria e de seus filhos.

Adão Bernardes.

Fui presente: Hans Buendgens.

— x —

HABEAS-CORPUS N. 2.830, DA COMARCA DE RIO DO SUL.

Relator: Des. Ferreira Bastos.

— Denega-se a ordem.

— Posto que, por equívoco, o edital de citação faça referência a crime diverso do capitulado na denúncia, contudo é irrelevante essa irregularidade de vez que, em seguida, está descrito o fato que deu lugar à iniciativa do Ministério Público.

— A falta de defesa e condenação do acusado sem ouvir de nenhuma testemunha, matéria de prova, é de ser melhor examinada no recurso próprio, no caso o de apelação.

— Voto vencido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas-corpus n. 2.830, da comarca de Rio do Sul, impetrante Dr. Erasmo Rodrigues e paciente Manoel Schmidt, também conhecido por Manoel Antônio Schmitz:

ACORDAM, em Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça, por maioria de votos e consoante opinou, verbalmente, o Exmo. Sr. Dr. 1º Sub-Procurador Geral do Estado, conhecer do pedido e denegá-lo, pagas as custas na forma da lei.

Assim decidem, visto que de nenhuma consistência jurídica os invocados fundamentos.

Alega-se que o processo é nulo, eis que irregularmente citado o paciente, que o fôra por edital, para ser interrogado e se ver processar, e ainda que no mesmo, por equívoco, havia referência ao art. 128 do Código Penal, quando o crime atribuído ao paciente está capitulado, na denúncia, no art. 129, § 1º, incisos I e II.

Ambos os argumentos são irrelevantes. A citação por edital se procedeu porque o oficial de justiça certificou não ter encontrado o acusado, tendo sido informado haver o mesmo abandonado a família, desaparecendo do local de sua residência, ignorando-se o seu paradeiro.

Quanto ao equívoco apontado, efetivamente o edital faz menção ao crime previsto no art. 128, § 1º, incisos I e II do Código Penal, mas em seguida esclarece "por haver o citando, no dia 7 de outubro de 1955 agredido e ferido a Pedro de tal, no lugar Santa Galo, desta cidade" (fls. 77).

O edital foi devidamente afixado no lugar do costume, e porque o réu não atendeu ao chamamento, foi-lhe nomeado defensor que não arguiu, em tempo oportuno, a pretensa irregularidade.

Diz-se, por outro lado, que o Juiz sumariamente sequer deu o despacho de recebimento da denúncia, o que equivale a inexistir denúncia.

Isso é uma inverdade, pois a fls. 2 dos autos originais encontra-se esse despacho, e mesmo que não constasse, por inadvertência, os atos posteriores praticados pela autoridade judiciária no sentido do prosseguimento do processo, estavam a demonstrar, de forma cabal, a sua anuência àquela peça.

Os demais argumentos consistem em que não houve defesa a favor do acusado, e que contra este foi proferida sentença condenatória sem ser, na instrução, ouvida nenhuma testemunha.

Embora isso não haja ocorrido, trata-se de matéria de prova a ser melhor examinada no recurso próprio, qual o de apelação, recurso, aliás, já manifestado fls. 37 e seguintes dos autos originais, que deverão ser, com urgência, desapensados e devolvidos à comarca de Rio do Sul.

Florianópolis, 14 de maio de 1958.

Osmundo Nóbrega, Presidente. Ferreira Bastos, Relator. Hercílio Medeiros, Alves Pedrosa, Arno Hoeschl, Maurillo Coimbra, Ivo Guilhon, Belisário Costa.

José do Patrocínio Gallotti, vencido: Concedia a ordem, para anular o processo, desde a citação, inclusive. E julguei nesse sentido, por entender que a citação edital era nula porque, em face dos termos da certidão de fls. 15 v. dos autos apensados, não era possível dar-se o paciente como não encontrado.

Adão Bernardes, Vítor Lima, Hercílio Medeiros, Alves Pedrosa. Estive presente: Milton da Costa.

HABEAS-CORPUS N. 2.811, DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS

Relator: Des. Alves Pedrosa.

CRIME DE IMPRENSA — AUDIÊNCIA DE RECONCILIAÇÃO — NULIDADE INEXISTENTE.

Nos delitos de imprensa, não está o Juiz obrigado a promover a audiência preliminar de reconciliação, a que se refere o art. 520 do Código de Processo Penal.

A matéria é regulada pela lei de imprensa, e esta, no art. 35, dispensou a referida audiência.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas-corpus n. 2.811, da comarca de Florianópolis, em que é impetrante e paciente Cássio Augusto Mazzoli:

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, por votação unânime, conhecer do pedido e denegar a ordem impetrada.

Custas pelo impetrante.

Alega o impetrante e paciente que está sendo processado como incurso nas penas dos artigos 138, 139 e 140 do Código Penal, mediante queixa oferecida por Manoel de Menezes, e o dr. Juiz de Direito da 2ª Vara da comarca desta Capital recebeu a dita queixa sem observar o disposto no art. 520 do Código de Processo Penal, segundo o qual "an-

tes de receber a queixa, o juiz oferecerá às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo e ouvindo-as, separadamente, sem a presença dos seus advogados, não se lavrando termo".

Sustenta ainda o impetrante que essa formalidade é essencial e a sua omissão acarreta a nulidade do processo. Daí o constrangimento ilegal que está sofrendo o paciente, reparável por habeas-corpus nos termos do art. 642, inciso VI, do Código de Processo Penal.

O fundamento do pedido teria procedência se realmente o paciente estivesse sendo processado por crimes comuns contra a honra, previstos nos arts. 138, 139 e 140 do Código Penal.

Mas conforme se vê do processo apensado, em face do aditamento do Ministério Público, o dr. Juiz a quo entendeu que os fatos imputados ao paciente constituem delitos de imprensa, previstos no art. 9º, letras f, g e h, da lei n. 2.083, de 12 de novembro de 1953. E recebendo a queixa com essa nova classificação, o juiz deu ao processo o rito estabelecido na referida lei, uma vez que o Código de Processo não se aplica aos processos por crime de imprensa (art. 1º, inciso V).

Em sendo assim, o juiz não estava obrigado a promover a audiência preliminar de reconciliação a que se refere o citado art. 520. Aliás, segundo o disposto no art. 35 da Lei de Imprensa, oferecida a queixa, será esta distribuída e autuada, feito o que, o juiz depois de ouvir o Ministério Público, recebe-la-á ou rejeita-la-á.

A lei de imprensa, portanto, dispensou a audiência preliminar de reconciliação, exigida nos processos por crimes comuns contra a honra.

Enquanto prevalecer o despacho do dr. juiz a quo recebendo a queixa com fundamento na lei de imprensa, não se poderá cogitar da existência da nulidade do processo por inobservância do art. 520, do Código de Processo Penal.

Acresce ainda que o impetrante e paciente não se insurge propriamente contra a nova classificação dos delitos, parecendo mesmo ter com ela se conformado, de vez que não recorreu do despacho que recebeu a queixa.

Devolvam-se os autos apensados com a cópia deste acórdão.

Florianópolis, 12 de março de 1958.

Osmundo Nóbrega, Presidente. Alves Pedrosa, Relator. Arno Hoeschl, Maurílio Coimbra, Ivo Guilhon, Belisário Costa, José do Patrocínio Gallotti, Adão Bernardes, Vitor Lima, Ferreira Bastos, Hercílio Medeiros.

Fui presente: Hans Buendgens.

AGRAVO DE PETIÇÃO N. 133, DA COMARCA DE ITAIÓPOLIS.

Relator: Des. Alves Pedrosa.

Nas ações de acidente do trabalho, o empregador só poderá recorrer da sentença, depositando judicialmente o valor da condenação.

Aplicação da lei n. 3.245, de 19 de agosto de 1957.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de petição n. 133, da comarca de Itaiópolis, de que é agravante Indústria de Óleos Itaiópolis Limitada, sendo agravado Jorge Versão:

ACORDAM, em Primeira Câmara Civil, por votação unânime e de conformidade com a preliminar suscitada pela douta Procuradoria Geral do Estado, não conhecer do recurso, por falta do depósito prévio a que se refere o parágrafo 2º, que foi acrescido ao art. 64 da lei de Acidentes pelo art. 2º da lei n. 3.245, de 19 de agosto de 1957.

Com efeito, o citado dispositivo legal, que já estava em vigor à data do recurso, dispõe expressamente: o empregador só poderá recorrer depositando judicialmente o valor da condenação.

Ora, nos presentes autos não consta a existência de qualquer depósito efetuado pela recorrente.

Dê-se jeito, conforme já tem decidido esta Primeira Câmara, a solução é o não conhecimento do recurso.

Custas pela agravante.

Florianópolis, 13 de março de 1958.

Alves Pedrosa, Presidente e Relator. Arno Hoeschl, Ivo Guilhon.

Fui presente: Delfim Mário Pádua Peixoto.

CERÂMICA CASTELO S. A.

Ata da assembléa geral ordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de um mil novecentos e cinquenta e oito, pelas dez horas, em sua sede em Tijucas, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em assembléa geral ordinária, os acionistas da Cerâmica Castelo S. A., em virtude de convocação anunciada por três vezes no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, edições ns. 6.066, 6.067 e 6.068, dos dias 9, 10 e 11 de abril do corrente ano, respectivamente. Assumindo a presidência o dr. Paulo Bastos Gomes, depois de convidar a mim, Jamir Abreu para secretário e depois de constatar a existência de quorum legal, para deliberar válidamente, declarou aberta a sessão. Em seguida o sr. presidente determinou a mim, secretário que procedesse a leitura de edital de convocação, o que fiz em voz alta e que tem o seguinte teor: Cerâmica Castelo S. A. Assembléa geral ordinária. Convocação. Pelo presente, ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade, para comparecerem à assembléa geral ordinária, a realizar-se no dia 25 de abril do corrente ano, às 10 horas, na sede social em Tijucas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Leitura, exame, discussão e aprovação do balanço geral, conta de lucros e perdas, relatório da diretoria e parecer do conselho fiscal, referentes ao exercício de 1957; 2º — eleição do conselho fiscal para o exercício de 1958; 3º — assuntos de interesse social. Tijucas, 24 de março de 1958. José Américo Bernardes, diretor. Aviso. Acha-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940. Tijucas, 24 de março de 1958. José Américo Bernardes, diretor. Finda a leitura do aludido edital, o sr. presidente, em cumprimento ao primeiro item da ordem do dia, facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, tendo então o acionista Atanásio Bernardes, depois de ligeiras considerações tomando a palavra e proposta a aprovação dos documentos referentes ao primeiro item da ordem do dia. Posta em votação, a proposta, foi aprovada por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. Prosseguindo os trabalhos, o senhor presidente determinou, em obediência ao segundo item da ordem do dia, se procedesse a eleição do conselho fiscal para o exercício de 1957, tendo tomado a palavra o acionista Cesar Bastos Gomes, que propôs a eleição dos senhores: Zeferino Carvalho, José Cherm e Atanásio Bernardes, para membros efetivos e os senhores Osvaldo Silva, Bento Aragão e Alinor Azevedo, para suplentes. Propôs ainda o acionista em apreço, que os membros do conselho fiscal, percebessem uma remuneração de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) anuais. Posta em votação essa proposta, foi aceita por unanimidade. Em obediência do 3º item da ordem do dia, o senhor presidente facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Como nenhum dos acionistas presentes tinha mais nada a propor, o senhor presidente declarou encerrada a sessão. Nada mais tendo a tratar e encerrada a fôlha do livro de "presença de acionistas", com a assinatura do sr. presidente e a minha, ficou suspensa a sessão pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, no livro próprio, por mim, secretário. Reaberta a sessão, foi a presente ata lida em voz alta, que depois de aprovada, vai por todos assinada. Eu, Jamir Abreu, secretário que a escrevi, também a assino. Da mesma, tiro duas cópias dactilografadas, para os fins legais. Jamir Abreu, Paulo Bastos Gomes, José Américo Bernardes, Atanásio Bernardes, dr. Eduardo Brenand, Valério Gomes e Cesar Bastos Gomes, Jamir Abreu, secretário.

N. 12.055 — Conferida e arquivada

por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 31 de julho de 1958.

O secretário: **Eduardo Nicolich.**
A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 31 de julho de 1958.

Eduardo Nicolich, secretário. (2525)

FABRICA DE CAIXAS S. A.

Ata da assembléa geral ordinária

Aos doze dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e cinquenta e oito, precisamente às quinze horas e dez minutos, na sede social desta sociedade, reuniram-se os acionistas portadores de ações cujo valor ultrapassava de dois terços do capital social, conforme provam os assentamentos feitos no livro de presença, devidamente assinado pelos que compareceram. Iniciando os trabalhos, os presentes houveram por bem escolher o acionista sr. Mozart Melo para presidir a presente assembléa. Tendo este tomado o seu lugar na mesa, convidou a mim, Alidor Zoschke, para servir de secretário. Determinou, em seguida, fôsse lida a publicação da convocação da assembléa, conforme consta do "Diário Oficial" do Estado, em suas edições números 6.054, 6.055 e 6.056 e na órgão local "Nova Era", números 987 e 989, cujo teor é o seguinte: "Fábrica de Caixas S. A. Assembléa geral ordinária. Convida-se os senhores acionistas desta sociedade para a assembléa geral ordinária, a realizar-se na sede social, à rua Cel. Oscar Barcelos, s/n., nesta cidade de Rio do Sul, às 15 horas, do dia 12 de abril do ano em curso, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1º — Apresentação, discussão e aprovação do relatório da diretoria, balanço geral e demonstração da conta lucros e perdas relativos ao ano de 1957; 2º — eleição do conselho fiscal; 3º — assuntos de interesse social. (Assinados) Carlos Frederico Schneider, Luiz Leopoldo Schneider, diretores". Finda a leitura, o sr. presidente da mesa pediu vistos dos documentos acima mencionados, que, depois de lidos e examinados detidamente pelo mesmo, passou-se adiante, de maneiras que todos os acionistas presentes tiveram o ensejo de apreciar e criticá-los. Como ninguém manifestasse dúvidas e ninguém pedisse esclarecimentos, o sr. presidente os submeteu à votação, sem participação dos impedidos por lei. Recolhidas as cédulas, verificou-se haverem todos votados favoravelmente, pelo que o sr. presidente proclamou aprovados os documentos em menção. Passando ao segundo ponto da ordem do dia, "eleição do conselho fiscal", pediu e obteve a palavra o acionista sr. João A. Machado, propondo a reeleição dos atuais componentes do conselho fiscal, dado a constante eficiente colaboração que os mesmos vêm prestando à sociedade. Posta em votação, a referida proposição foi aprovada plenamente, dando por reeleitos os srs. Hellmuth Baumgarten, Hélio Westphalen e Ildefonso Pamplona. Sob o terceiro ponto da ordem do dia, o sr. presidente declarou livre a palavra. Como ninguém mais quisesse fazer uso dela e mesmo nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada os trabalhos, determinando a mim a leitura desta ata em voz alta, o que fiz. Achada conforme, os presentes passaram a assiná-la, inclusive eu, Alidor Zoschke, secretário, que a escrevi e assinarei a final. (Assinaturas) C. F. Schneider, G. Oscar Schneider, Mozart Mello, Luiz L. Schneider, João Krieger, Narciso Barth, João A. Machado, Ildefonso Pamplona, Alidor Zoschke. É cópia fiel extraída do livro de atas

n. 2, fls. 3 verso, 4 e 4 verso. Alidor Zoschke, secretário.

N. 11.970 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 6 de junho de 1958.

O secretário: **Eduardo Nicolich.**
A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 6 de junho de 1958.

Eduardo Nicolich, secretário. (2523)

JORGE HOFMANN S. A. — COMERCIO

Ata da 7ª assembléa geral ordinária, realizada às 10 horas do dia 28 de abril de 1958

Na sede da sociedade, na rua 3 de Maio, n. 151, nesta cidade de Joinville, presentes os acionistas abaixo-assinados, representando 3.600 (três mil e seiscentas) ações, ou seja, o total do capital — Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros), conforme consta do livro de presença de acionistas, foi pelo diretor, senhor Jorge Hofmann, declarada instalada a assembléa. Dirigindo-se aos presentes, disse que, de conformidade com os editais publicados nas edições de 14, 15 e 16 de março de 1958, no jornal "A Notícia", e nas edições de 21, 24 e 25 de março de 1958, do "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, esta reunião fôra convocada a fim dos senhores acionistas tomarem conhecimento do relatório da diretoria, balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal, tudo relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 1957, e para procederem à eleição dos membros efetivos e suplentes do conselho fiscal para o exercício de 1958 e assuntos de interesse da sociedade. Em seguida pediu para os presentes que elegessem ou aclamassem o presidente da assembléa, para dirigir os trabalhos, de acordo com os estatutos. Foi, então, por indicação do senhor Arlindo Borowsky, aclamado o senhor Jorge Hofmann, que convidou para secretário Roland Werner. A seguir, dando início aos trabalhos, o senhor presidente informou aos presentes, que dando cumprimento à primeira parte dos trabalhos, ia mandar proceder à leitura dos documentos já referidos. Por unanimidade de votos, foi dispensada essa leitura, por terem sido os mesmos publicados no "Diário Oficial do Estado", em edição de 10 de abril de 1958 e terem estado, os mesmos, à disposição dos senhores acionistas que os examinaram cuidadosamente. Submetidos à discussão e votação, foram os documentos acima aprovados por unanimidade de votos, assim como todos os atos da diretoria praticados durante o exercício. Em seguida o senhor presidente propôs a distribuição de dividendos à razão de 6% (seis por cento) sobre o capital — Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros), num total de Cr\$ 108.000,00 (cento e oito mil cruzeiros), o que foi aprovado por unanimidade de votos pelos presentes. Ato contínuo, foi procedida a eleição dos membros efetivos do conselho fiscal e respectivos suplentes, para o ano de 1958, sendo reeleitos para membros efetivos, os senhores Ademar Garcia, Ruben Matheus Braga e Rolf Larson, e para suplentes, os senhores Hermann Metz e Arnoldo Wetzel, eleito o senhor Bruno Brand, todos brasileiros e residentes nesta cidade. Ficou, também, deliberado que a remuneração dos diretores e membros do conselho fiscal, permanecesse a mesma. Deixaram de votar os presentes, impedidos por lei. A seguir, o senhor presidente deu a palavra para quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, após agradecer aos presentes a confiança depositada nos diretores e membros efetivos e suplentes do conselho fiscal, deu por encerrados os trabalhos, mandando, para constar, lavrar a presente ata, que foi lida aos presentes

que a aprovaram e val por mim, Roland Werner, secretário, que a escrevi, assinada com o senhor presidente e todos os acionistas presentes. Joinville, 28 de abril de 1958. (Ass.) Jorge Hofmann, presidente; Roland Werner, secretário; Gerhardt Baechtold, Arlindo Borowsky, Arnoldo Wetzel, Bruno Brand, João Tanner e Hermann Metz. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Roland Werner, secretário.

N. 11.884 — Conferida e arquivada por despacho da Junta Comercial, em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 16 de maio de 1958.

O secretário: **Eduardo Nicolich.**
A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 16 de maio de 1958.

Eduardo Nicolich, secretário. (2379)

COMERCIO DE AUTOMOVEIS ITAJAI S. A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembléa geral extraordinária

Convidamos os senhores acionistas da firma Comércio de Automóveis Itajai S. A., a comparecerem a assembléa geral extraordinária, a se realizar no dia 23 de agosto do corrente ano, às 10 horas, na sede social, à rua Dr. Hercílio Luz, s/n., nesta cidade de Itajai, Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Reforma do estatuto sociais e criação de novos cargos na diretoria da firma.

2º — Assuntos do interesse da sociedade.

Assembléa geral ordinária

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convidamos os senhores acionistas da firma Comércio de Automóveis Itajai S. A., a comparecerem a assembléa geral ordinária, a se realizar no dia 23 de agosto do corrente ano, às 16 horas, na sede social, à rua Dr. Hercílio Luz, s/n., nesta cidade de Itajai, Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

1º — Discussão do balanço geral, conta de lucros e perdas e contas da diretoria, parecer do conselho fiscal, tudo relativo ao exercício findo em 31 de julho de 1957.

2º — Eleição do novo conselho fiscal.

3º — Assuntos de interesse da sociedade, 3 de agosto de 1958.

Chicre Buatim, diretor-gerente. (3-3) (2585)

COMPANHIA FRIGORIFICO DE TUBARAO

Assembléa geral extraordinária

1ª CONVOCAÇÃO

São convidados os senhores acionistas a comparecerem à sede social, à rua da Passagem, s/n., no dia 25 de agosto de 1958, às 15 horas, a fim de, reunidos em assembléa geral extraordinária, deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

Alienação de bens imóveis. Tubarão, 2 de agosto de 1958. **Ernesto Oderich**, diretor. **Adolfo Edmundo Fett**, diretor. (3-3) (2578)

**COMERCIO DE TECIDOS
BLUMENAU S. A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Assembleia geral ordinária

Convidamos os senhores acionistas da Comércio de Tecidos Blumenau S. A., a comparecerem a assembleia geral ordinária, a se realizar no dia 23 de agosto do corrente ano, às 15 horas, na sede social, à rua Nereu Ramos, n. 43, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Discussão do balanço geral, conta de lucros e perdas, relatório e contas da diretoria e parecer do conselho fiscal, tudo referente ao exercício encerrado em 1957.
- 2º — Eleição do novo conselho fiscal.
- 3º — Assuntos do interesse da sociedade.

Blumenau, 3 de agosto de 1958.

Rachidi Buatim, diretor.

(3—3)

(2588)

**COMERCIO E INDUSTRIA
BREITHAUP S. A.**

**CONVOCAÇÃO
Assembleia geral ordinária**

Convocamos os senhores acionistas desta sociedade para comparecerem à assembleia geral ordinária, a se realizar no dia 25 de outubro de 1958, às 15 horas, em sua sede social, à rua Coronel Emílio Carlos Jordán, n. 21, em Jaraguá do Sul, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Relatório da diretoria.
- 2º — Parecer do conselho fiscal.
- 3º — Exame, discussão e aprovação do balanço geral, conta de lucros e perdas e demais documentos relativos ao ano social de 1º-7-1957 a 30-6-58.
- 4º — Eleição da nova diretoria.
- 5º — Eleição do conselho fiscal.
- 6º — Diversos assuntos de interesse social.

Jaraguá do Sul, 6 de agosto de 1958.

Arthur Breithaupt, diretor.
Walter Breithaupt, diretor.

(3-3)

(2593)

**COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E
EXPORTAÇÃO BLUMENAU S. A.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Assembleia geral extraordinária

Convidamos os senhores acionistas da firma Comércio de Importação e Exportação Blumenau S. A., a comparecerem a assembleia geral extraordinária, a se realizar no dia 22 de agosto do corrente, na sede social, à rua 7 de Setembro, n. 673, às 10 horas, nesta cidade de Blumenau, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Reforma dos estatutos da sociedade com revisão dos poderes da diretoria.
- 2º — Assuntos de interesse da sociedade.

Assembleia geral ordinária

Convidamos os senhores acionistas da firma Comércio de Importação e Exportação Blumenau S. A., a comparecerem a assembleia geral ordinária, a se realizar no dia 22 de agosto do corrente, na sede social, à rua 7 de Setembro, n. 673, nesta cidade de Blumenau, às 16 horas, para deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Discussão do relatório da diretoria, balanço geral, conta de lucros e perdas e parecer do conselho

**OSCAR ZWICKER S. A. INDÚSTRIA E
COMERCIO**

Ata da assembleia geral ordinária

Aos trinta e um dias (31) do mês de março do ano de um mil novecentos e cinquenta e oito (1958), às nove horas (9), presentes os acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social, conforme se verifica no livro de presença de acionistas, reuniram-se em assembleia geral ordinária na sede social em Trombudo Alto, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, atendendo a convocação feita pelo "Diário Oficial" do Estado, edições ns. 6.056, 6.057 e 6.058, assumiu a presidência dos trabalhos o diretor-presidente sr. Oscar Zwickler, que convidou a mim, Raymundo Zwickler, para servir de secretário, declarando o mesmo legalmente instalada a assembleia. Determinando em seguida o presidente, fosse lida o edital de convocação, publicado no

**COMERCIO E INDUSTRIA H.
JORDAN S. A.**

Assembleia geral extraordinária

2ª CONVOCAÇÃO

São convidados os srs. acionistas da "Comércio e Indústria H. Jordan S. A.", para a assembleia geral extraordinária a realizar-se no dia 30 de agosto de 1958, às 10 horas, na sede social, a fim de deliberarem sobre a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Aumento do capital social.
 - 2º — Alteração dos estatutos sociais.
 - 3º — Assuntos de interesse social.
- Joinville, 9 de agosto de 1958.

Hans Jordan, diretor-presidente.

Felinto Jordan, diretor-superintendente.

Gustavo O. C. Gerken, diretor-comercial.

(3-3)

(2610)

**INDUSTRIAS DE BEBIDAS
PRESSANTO S. A.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia geral ordinária

Convidamos os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária a ser realizada na sede social, na rua Caçanjurê, s/n., nesta cidade, às 15 (quinze) horas do dia 18 (dezoito) de setembro p. vindouro, com a seguinte

Ordem do dia

- 1º — Leitura do relatório, do balanço, da conta de lucros e perdas e do parecer do conselho fiscal, e discussão sobre esses documentos.
- 2º — Eleição do conselho fiscal para o exercício 1958-1959.
- 3º — Outros assuntos de interesse da sociedade.

Aviso

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, no escritório da sociedade, os documentos a que se refere o art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Caçador, 6 de agosto de 1958.

Adelmyr Pressanto, diretor-presidente.

(3—3)

(2576)

fiscal, relativos ao exercício findo em 1956.

- 2º — Eleição do novo conselho fiscal.

Blumenau, 2 de agosto de 1958.

Adolfo Hass, diretor-gerente.

(3-3)

(2587)

"Diário Oficial" do Estado, nas edições acima citadas, que era do seguinte teor: Oscar Zwickler S. A. Indústria e Comércio. Assembleia geral ordinária. Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas da sociedade anônima Oscar Zwickler S. A. Indústria e Comércio a comparecerem à assembleia geral ordinária, a realizar-se no dia 31 de março de 1958, às nove horas na sede social em Trombudo Alto, município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, a fim de deliberarem sob a seguinte ordem do dia: a) Leitura e discussão do relatório da diretoria, balanço geral, demonstração da conta de lucros e perdas e demais documentos relacionados com o exercício findo em 31 de dezembro de 1957. b) Eleição do conselho fiscal. c) Assuntos de interesse social. Trombudo Alto, 27 de fevereiro de 1958. (Ass.) Oscar Zwickler, diretor-presidente. Em seguida apresentou aos presentes o sr. presidente, o relatório da diretoria, demonstração da conta de lucros e perdas e o parecer do conselho fiscal, os quais após uma minuciosa verificação, foi submetida a votação, tendo sido aprovado por todos, a demonstração que a diretoria acima apresentou. Prosseguindo o sr. presidente declarou que se deveria proceder a eleição do conselho fiscal para o próximo exercício, o acionista Lindolfo Trierweiler, pediu a palavra, a qual lhe foi concedida, propôs aos acionistas presentes o reeleição do atual conselho fiscal, foi a proposta em votação, tendo sido aprovada por unanimidade. A seguir o sr. presidente propôs fosse discutido o último item da ordem do dia, que trata de assuntos de interesse social, como nenhum acionista pediu a palavra, deu o sr. presidente, agradecendo antes de tudo a presença de todos, por encerrada a sessão. Para constar lavrei a presente ata, a qual li em voz alta a todos e foi devidamente aprovado pelos presentes, cujas assinaturas seguem: Oscar Zwickler, Otto Prochnov Sobrinho, Rolando Zwickler, Raymundo Zwickler, Lindolfo Trierweiler, Oscar Zluhan e Leopoldo Zwickler. Rio do Sul, 31 de março de 1958. Raymundo Zwickler, secretário. Eu, Raymundo Zwickler, secretário, declaro que a presente ata é cópia fiel extraída do livro de ata n. 1. Raymundo Zwickler, secretário.

N. 11.746 — Conferido e arquivado por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 2 de maio de 1958.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 2 de maio de 1958.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2507)

USINA DE AÇÚCAR ADELAIDE S. A.

Ata da assembleia geral extraordinária

Aos sete dias do mês de julho de um mil novecentos e cinquenta e oito, às dez horas, na sede social, em Pedra de Amolar, no município de Itajaí, neste Estado, reuniram-se em assembleia geral extraordinária, os acionistas da Usina de Açúcar Adelaide S. A., em número legal, conforme consta do livro "presença de acionistas". Por aclamação dos presentes, assumiu a presidência o acionista Valério Gomes, que convidou a mim, Jamir Abreu, para secretário. Constituída assim a mesa, o senhor presidente procedeu a leitura do edital de convocação, publicado no "Diário Oficial" do Estado de Santa Catarina, dos dias 13, 16 e 17 de junho de 1958, de ns. 6.110, 6.111 e 6.112, respectivamente, no seguinte teor: Usina de Açúcar Adelaide S. A. Assembleia geral extraordinária. Convocação. Pelo presente, são convidados os senhores acionistas desta sociedade para se reunirem em assembleia geral extraordinária, a realizar-

**COMERCIO E INDUSTRIA W.
RADUENZ S. A.**

Editais de convocação

São convidados os senhores acionistas a comparecerem na sede da sociedade, em Rio do Cerro, município de Jaraguá do Sul, dia 20 de setembro de 1958, às 15 horas, a fim de deliberarem sobre a assembleia geral ordinária com a seguinte

Ordem do dia

- a) Discussão e aprovação do balanço geral;
- b) eleição da nova diretoria e do conselho fiscal;
- c) assuntos diversos.

Nota: Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da sociedade, os documentos de que trata o artigo 99, do decreto 2.627, de 26-9-1940.

Assembleia geral extraordinária

Com início às 14,30 horas e a seguinte ordem do dia:

- a) Proposta de aumento de capital e consequente alteração dos artigos 3º e 8º, dos estatutos;
- b) criação de mais um cargo de diretor;
- c) assuntos de interesse da sociedade.

Jaraguá do Sul, em 5 de julho de 1958.

Wilhelm Raduenz, diretor-presidente.

Delfino Raduenz, diretor-comercial.

(3—2)

(2614)

se no dia 7 de julho próximo vindouro, às 10 horas em sua sede social, em Pedra de Amolar, Itajaí, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1º — Autorização à diretoria para vender a Usina São Pedro, inclusive os imóveis e quota daquela fábrica, ou arrendar e realizar qualquer outra operação que julgar de interesse da sociedade. 2º — Assuntos de interesse social. Itajaí, 2 de julho de 1958. (Ass.) Cesar Bastos Gomes, diretor-comercial. Em seguida, abordando o primeiro item da ordem do dia, tomou a palavra o acionista Cesar Bastos Gomes, que expôs aos presentes a necessidade de se autorizar à diretoria a venda da Usina São Pedro, inclusive imóveis e quota daquela fábrica ou arrendar e realizar qualquer outra operação que julgar de interesse da sociedade, inclusive a incorporação à firma Ind. e Comércio José Krauss S. A., com sede em Gaspar, neste Estado, da referida usina. Posta em votação, foi sua proposta aprovada, ficando a diretoria com plenos poderes para deliberar sobre a matéria, dentro dos interesses da sociedade. A seguir, com referência ao segundo item da ordem do dia, o sr. presidente facultou a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e, como ninguém se manifestasse e nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão, da qual lavrou-se a presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e vai assinada pela mesa e pelos acionistas presentes. Eu, Jamir Abreu, servindo de secretário, a fiz, escrevi e assino. (Ass.) Valério Gomes, dr. Eduardo Brennand, dr. Cesar Bastos Gomes, dr. Paulo Bastos Gomes, dr. Aderbal Ramos da Silva, Américo Büffalo, Luiz Lunardi, Banco Ind. e Com. de Santa Catarina S. A., Genésio de Miranda Lins, Jamir Abreu. (Ass.) Usina de Açúcar Adelaide S. A., Paulo Bastos Gomes, diretor-gerente.

N. 12.034 — Conferido e arquivado por despacho da Junta Comercial em sessão de hoje. Pagou na primeira via Cr\$ 21,50 de selos federais para arquivamento.

Secretaria da Junta Comercial de Santa Catarina, em Florianópolis, 24 de julho de 1958.

O secretário: Eduardo Nicolich.

A primeira via é de igual teor e fica arquivada na secretaria da Junta Comercial do Estado, em Florianópolis, 24 de julho de 1958.

Eduardo Nicolich, secretário.

(2504)

DIÁRIO DA JUSTIÇA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ANO IV

Florianópolis, 20 de agosto de 1958

NÚMERO 648

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1ª CÂMARA CIVIL

Julgamentos realizados no mês de julho

DESEMBARGADORES

Severino Nicomedes Alves Pedrosa
Arno Pedro Hoeschl
Ivo Guilhon Pereira de Mello

TOTAL

Sessões realizadas 5
Processos distribuídos 15
Processos julgados 24
Processos (acórdãos) publicados 34

VISTO:

Osmundo Wanderley da Nóbrega
Presidente

Paulo Gonzaga M. da Silva
Secretário

2ª CÂMARA CIVIL

Julgamentos realizados no mês de julho

DESEMBARGADORES

José do Patrocínio Gallotti
Adão Bernardes
Vitor Lima

TOTAL

Sessões realizadas 4
Processos distribuídos 11
Processos julgados 11
Processos (acórdãos) publicados 19

VISTO:

Osmundo Wanderley da Nóbrega
Presidente

Paulo Gonzaga M. da Silva
Secretário

TRIBUNAL PLENO

Julgamentos realizados no mês de julho

DESEMBARGADORES

José Rocha Ferreira Bastos
Hercílio João da Silva Medeiros
Severino Nicomedes Alves Pedrosa
Arno Pedro Hoeschl
Maurílio da Costa Coimbra
Ivo Guilhon Pereira de Mello
Belisário Ramos da Costa
José do Patrocínio Gallotti
Adão Bernardes
Vitor Lima

Sessões realizadas 5
Processos distribuídos 27
Processos julgados 31
Processos (acórdãos) publicados 20

VISTO:

Osmundo Wanderley da Nóbrega
Presidente

Paulo Gonzaga M. da Silva
Secretário

Edital n. 500

De ordem do exmo. sr. des. presidente da 1ª Câmara Civil, torno público que, nesta data, foram sorteados os seguintes autos:

Apelação de desquite n. 1.431, de Blumenau, apelante o dr. Juiz de direito da 1ª Vara e apelados Lauro Pratis e sua mulher. Relator o sr. des. Alves Pedrosa.

Apelação cível n. 4.413, de Tubarão, apelante Irineu Sérgio da Rocha e apelado Joel Guimarães Batista. Relator o sr. des. Alves Pedrosa.

Agravo de instrumento n. 52, de Tubarão, agravante João Polidoro Arent e agravado Bento Leopoldo Corrêa. Relator o sr. des. Arno Hoeschl.

Apelação cível n. 4.415, de Mafra, apelante Abrão Dequech e apelado Gustavo Schulz. Relator o sr. des. Arno Hoeschl.

Apelação de desquite n. 1.430, de Blumenau, apelante o dr. Juiz de direito da 1ª Vara e apelados Haroldo Degenhardt e sua mulher. Relator o sr. des. Ivo Guilhon.

Apelação cível n. 4.416, de Itajaí, apelante João José Caldeira e apelado Angélica Amélia Flor. Relator o sr. des. Ivo Guilhon.

Secretaria do Tribunal de Justiça em Florianópolis, aos 14 de agosto de 1958.

Adir Caldeira, secretário da Câmara, em exercício.

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA Despachos

No pedido de desistência nos autos de recurso extraordinário n. 206 da comarca de Tubarão, recorrente Guerino Longo e recorrido Berto Ghisi:

Homologuei por sentença a desistência do recurso extraordinário, interposto pelo ora desistente Guerino Longo a fim de que produza os efeitos de direito.

Devidamente preparados, voltem os autos conclusos para determinar a baixa dos mesmos ao juízo de origem, conforme requerimento do desistente. Custas pelo requerente, nos termos do art. 55 do Cód. de Processo Civil. Publique-se e intime-se.

Florianópolis, 14 de agosto de 1958.
(ass.) Osmundo Wanderley da Nóbrega, presidente do Tribunal de Justiça.

Edital n. 1.793

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e oito, nesta cidade de Florianópolis, em a Sala das Sessões do Tribunal de Justiça, onde se encontrava o excelentíssimo senhor desembargador Ivo Guilhon Pereira de Mello, juiz Semanário da primeira câmara civil, comigo escrivão abaixo assinado, aberta a audiência com as formalidades legais, procedeu-se a publicação dos seguintes acórdãos:

Embargos de declaração ao agravo n. 25, de Florianópolis, embargante Carlos Porto, embargada a Massa Falida da Transcontinental Transportes Ltda.: "unanimemente conhecer dos embargos e dar-lhes provimento, para esclarecer que o síndico destituído é o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S. A. Inco. Custas na forma da lei".

Apelação de desquite n. 1.147, de São José, relator o exmo. sr. des. Arno Pedro Hoeschl, apelante dr. juiz de direito, "ex-offício", ape-

lados Nelson Alfredo Coelho e s/m.: "Por unanimidade de votos, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença apelada. Sem custas".

Apelação de desquite n. 1.424, de Joinville, relator o exmo. sr. des. Arno Pedro Hoeschl, apelante dr. juiz de direito da 1ª Vara, "ex-offício", apelados Raul Birkholz e sua mulher: "Por unanimidade de votos, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença que homologou o desquite por mútuo consentimento. Custas pelos apelados".

Oswaldo Fernandes, escrivão.

Na sessão do Tribunal Pleno, realizada no dia 13 de agosto corrente, foram julgados os seguintes feitos:

1) Habeas-corpus n. 2.858, da comarca de Videira, em que é impetrante o dr. Dante Martorano e paciente Fúlvio Silveira. Relator o sr. des. Vitor Lima, decidindo o Tribunal, por maioria de votos, negar a ordem impetrada, recomendando-se ao dr. Juiz de Direito que procure encerrar, no mais breve prazo possível, a instrução criminal. Vencidos os srs. des. Relator e Patrocínio Gallotti, que concediam a ordem. Designado para lavrar o acórdão o sr. des. Alves Pedrosa.

2) Recurso de habeas-corpus n. 421, da comarca de São Joaquim, em que é recorrente o dr. juiz de direito e recorrido Anastácio Medeiros de Oliveira. Relator o sr. des. Ivo Guilhon, decidindo o Tribunal, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar a decisão recorrida.

3) Mandado de segurança n. 170, da comarca de São Joaquim, em que é recorrente Lauro Martins e requerido o dr. presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Relator o sr. des. Ivo Guilhon, decidindo o Tribunal, por maioria de votos, rejeitar a preliminar do não cabimento do mandado de segurança. Vencidos os srs. des. Alves Pedrosa e Hercílio Medeiros e Vitor Lima. No mérito, pelo voto de desempate do sr. desembargador presidente, denegar o mandado de segurança. Vencidos os srs. des. relator, Belisário Costa, Patrocínio Gallotti, Vitor Lima e Arno Hoeschl. Designado para lavrar o acórdão o sr. des. Alves Pedrosa.

4) Recurso de mandado de segurança n. 105, da comarca de Jaraguá do Sul, em que são recorrentes Indústria e Comércio W. Weege, S. A., Tricotagem Garibaldi Marguardt & Cia., Marcato & Cia., Textil Cyrus Ltda. e outros e recorrida a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul. Relator o sr. des. Arno Hoeschl, decidindo o Tribunal, não conhecer do recurso. Vencidos os srs. des. relator e Patrocínio Gallotti. Impedido o sr. des. Hercílio Medeiros, designado para lavrar o acórdão o sr. des. Alves Pedrosa.

5) Agravo de petição n. 168, da comarca de Xanxerê, em que são agravantes o dr. juiz de direito e a Fazenda Pública Municipal de Xanxerê e agravado Francisco Antônio dos Santos. Relator o sr. des. Adão Bernardes, decidindo o Tribunal, por unanimidade de votos, negar provimento ao agravo, para confirmar a sentença que declarou inconstitucional ao imposto sobre exploração agrícola e industrial. Custas na forma da lei.

Lilian Gonzaga, enc. da Jurisprudência.

Paulo Gonzaga Martins da Silva, secretário. (6586)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

Pauta para a sessão de 22 de agosto de 1958

ACORDÃO N. 4012

Proc. n. 29, cls. 8º — Pedido de registro do candidato a Senador, sr. Carlos Gomes de Oliveira. Requerente: Partido Trabalhista Brasileiro. Relator: dr. Manoel Barbosa de Lacerda. Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, em Florianópolis, 19 de agosto de 1958.

João Marcel, diretor interino.

PORTARIA N. P — 133/58

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no uso das suas atribuições,

RESOLVE:

Designar Silvino Brígido Alves, Oficial Judiciário, classe H, lotado na 3ª Seção (do Material, Arquivo e Fichário Geral), para responder pelo expediente da mesma Seção.

ATO N. 362

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, item II, do Regimento Interno da Secretaria do Tribunal,

RESOLVE:

Dispensar Ariana Arieete Lebarbenchon Polli, ocupante do cargo de Oficial Judiciário, classe J, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, da função gratificada de Chefe da 1ª Seção (Contabilidade, Estatística e Pessoal), cargo esse que vinha exercendo em substituição ao respectivo titular que se encontra substituindo o diretor da Secretaria.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 8 de agosto de 1958.

Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente.

ATO N. 363

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, item II, do Regimento Interno da Secretaria do Tribunal,

RESOLVE:

Designar David Gomes Mendonça, ocupante do cargo da classe G da carreira de Escrivão, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, para exercer a função gratificada de Chefe da 1ª Seção (Contabilidade, Estatística e Pessoal), percebendo a gratificação marcada em lei, durante o afastamento do respectivo titular que se encontra substituindo o diretor da Secretaria.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 8 de agosto de 1958.

Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente.

ATO N. 364

O desembargador Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 35, item II do Regimento Interno da Secretaria do Tribunal,

RESOLVE:

Dispensar David Gomes Mendonça, ocupante do cargo de Escrivão, classe G, do Quadro da Secretaria deste Tribunal, da função gratificada de Chefe da 3ª Seção (do Material, Arquivo, Fichário e Registros Eleitorais), por ter sido designado para outra função.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em Florianópolis, 8 de agosto de 1958.

Severino Nicomedes Alves Pedrosa, presidente.

Vistos etc.

Requer o presidente, em exercício, da União Democrática Nacional, Seção de Santa Catarina, o registro dos Diretores municipais de Água Doce, São José, São João Batista, São João do Sul e Trombudo Central.

ACORDAM em Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade de votos e de acordo com o parecer do sr. dr. Procurador Regional Eleitoral, deferir o pedido e ordenar o registro respectivo, uma vez que foram cumpridas as formalidades legais e estatutárias.

Publique-se e comunique-se em Florianópolis, 18 de julho de 1958.

(ass.) Alves Pedrosa, presidente. Milton da Costa, relator. Eugênio Trompowsky Taulois Filho. Maurício Coimbra. Arno Hoersch. Manoel Barbosa de Lacerda. Abelardo da Silva Gomes.

Foi voto vencedor o dr. Henrique Stodiek.

Data supra.

As. Milton da Costa.

NOMINATA DOS DIRETÓRIOS A QUE SE REFERE O ACORDÃO SUPRA

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

Presidente, Eugênio Francini, industrial; vice-presidentes, Receres Costa Mateus, tabelião; Antônio Balestrim, lavrador; Daniel Mendes, fazendeiro; secretário geral, Bonifácio Mendes, fazendeiro; sub-secretário, Adelchi Cachoeira, industrial; Mem-

bros: Vitorino Amado Macagnan, func. pub., Domingos Balestrim, lavrador, Antônio Macagnan, lavrador, José Mariotti, lavrador, José Maria

Guimarães, lavrador, Angelo Jacob Lucian, industrial, Willy Mergener, lavrador, Laurindo Peliccioli, industrial, Balduino Lampert, lavrador, Luiz Verona, lavrador, Erminio Cavalett, industrial, Hildo Verona, industrial, Angelo José Bruno, Juiz de Paz, Fortunato Tonal, comerciante, Raimundo Sari, fazendeiro, Reinaldo Hermenegildo Cavanos, fazendeiro, Abílio Redivo, lavrador, Goncalino de Oliveira, criador, Marins Mendes de Moura, lavrador, Aristides Antunes de Freitas, lavrador, Anibal Santos, fazendeiro, João Vargas, comerciante, Luiz Frezza, lavrador, Antônio Alexandre, lavrador, Henrique

Bueno Neto, criador, Pedro Camargo, fazendeiro, Benjamim Bissani, func. muni., Vesperto Almeida Pimpão, criador, Robertino Galvão Isler, func. estadual e Teodoro Bueno Cardoso; Suplentes: Segundo Massarolo, criador; Suplentes: Segundo Massarolo, industrial, Antônio Tortelli, lavrador, José Lucian, lavrador, Luiz Zatera, liberal, Ernesto Butner, lavrador, Constantino Butner, lavrador, João Francisco Wilmes, lavrador, Augusto Tortelli, lavrador, João Raimundo Amorim, fun-

apos., Luiz Beal, ceifeiro, Vital Pazini, comerciante, João Pazini, comerciante, Geraldo Boscheri, lavrador, Fidêncio Cavalett, motorista, José Macagnan Filho, lavrador, Fernando Sari, industrial, José Donato Macagnan, lavrador, Roberto Sari, industrial, João Balestrim, lavrador, Pedro Balestrim, lavrador, Altidor Alves Perço, lavrador, Pedro Luiz dos Santos, lavrador, Orivaldino de Oliveira, criador, Teodoro dos Anjos, criador, Júlio Schneider, func. estadual, João Fogaca de Freitas, criador, Sensão Teodoro Carneiro, fazendeiro, Clito Ferreira Alves, fazendeiro, Albor Pimpão de Almeida, criador, José Barichelo, lavrador.

Município de São José

Presidente — Mário Roberto Bott, corretor, vice-presidentes — Adolfo Bunn, func. púb., Mário Coelho Pires, func. púb., Amanda Schmitz, comerciante; secretário geral — Arnaldo Mainchein de Souza, func. púb.,

sub-secretário — João Adalgizio Philippi, func. púb.

Membros: Max Hablitzel, fazendeiro, Augusto Walter, comerciante, Vendolino Röcker, comerciante, Osmar Nelson Schoeder, médico, Jorge Kotzias, médico, Sérgio Carlini de Assumpção, serventuário, Germano José Vieira, comerciante, Luiz Felipe Petry, func. púb., Bráulio Dias de Oliveira, comerciante, Raulino

João Bernardo, comerciante, José Bernardo da Silva, comerciante, João Duarte Pereira, operário, Manoel Timóteo de Souza, industrial, João Vaz Neto, func. púb., José Nicolau Bunn, comerciante, Ozorio Souza

comerciante, Balduino Koerich, func. púb., Fredolino Schmidt, func. púb., Artur Boeing, dentista, Irineu Clasen industrial, Saturnino Leopoldo Kretzer, lavrador, Thomaz Perfeito, func. púb., Leonardo Sell, industrial, Antônio Kürchner, lavrador, Alcides Domingues, func. púb., Clemente Schappo, comerciante, Dante Filomeno, comerciante, Euclides Pedro de Souza, func. púb., Alvaro Leite, oficial ref., Cândido Damazio — func. púb.

Suplentes: Garibaldi Merizi, func. púb., Silvio Correa, comerciante, Oscarino Romão Weber, func. púb., federal, Solon Carvalho de Souza, bancário, Pedro Sens, lavrador, Ascendino Souza, comerciante, Hirônimo Thiesen, comerciante, João Príncipe Koerich, lavrador, Eloy João Loss, contador, Osny Pôrto dos Santos, func. fed., Paulo Sell, comerciante, José Pessoa Maciel, agricultor, Odilon Soares Pires, comerciante, João Losso, func. púb., Joaquim Antônio de Medeiros, comerciante, Antônio Alfredo Stahelin, comerciante, Pedro José Coelho, comerciante, Rodolfo Schmitz, agricultor, Pedro Lino Koerich, comerciante, Aldo Schmidt, serv. da Justiça, José Perardt, agricultor, Lico Freiburger, agricultor, Dário Hermenegildo da Rosa, func. munc., Henrique Cordova, comerciante, José Koerich, comerciante, Aorco Ioshio, agricultor, Sebastião Borges, lavrador, Paulo Schuch, comerciante, Oswaldo Kammers, lavrador, Arlindo Melo, comerciante.

Município de São João do Sul

Presidente — Alvaro Alexandre Cardoso, comerciante, vice-presidentes — Antônio Scandolara, comerciante, Benjamim Brognoli, lavrador, Valmor Rodrigues da Silva, comerciante, secretário geral — Almir Schmidt, func. púb., sub-secretário — Aurino Francisco Lummertz, comerciante.

Membros: Edmundo Espindola, lavrador, Cincinato João Hahn, comerciante, Santelmo Francisco Pereira, lavrador, Olívio José Cardoso, lavrador, Joaquim Iausino Pereira, lavrador, Aristides Ozório Francisco, func. púb., João Felix de Lima, lavrador, José Silveira Filho, lavrador, Valdemar Borba, lavrador, José João Flôr Filho, func. púb., José Modesto Machado, func. púb., Teobaldo Rodrigues da Silva, comerciante, Elebão Júlio Abel, func. púb., Olívio Silvério Cardoso, lavrador, Vitorino Manoel Rodrigues, lavrador, Venâncio Scandolara, lavrador, Augusto José Homem, lavrador, João Pedro Trajano, comerciante, Manoel Artur Machado, lavrador, Pedro Julio Abel, pedreiro, Antônio Nicolac Clézar, comerciante, Donildo Freitas, alfaiate, Manoel Ramos da Cunha, lavrador, Manoel Francisco Pinho, lavrador, Miguel Scandolara, lavrador, Isaac Miguel Scheffer, lavrador, João Alvim Teixeira, lavrador, Osvaldo Rodrigues da Silva, dentista e Quintiliano João Pacheco, lavrador.

Suplentes: Amaral Francisco Pereira, lavrador, Manoel Crescêncio Marcial, lavrador, Artimino Camilo da Silva, lavrador, Manoel Camilo Filho, lavrador, Elias Manoel da Cunha, lavrador, Cândido Saturnino Constante, lavrador, Lice Antônio Gomes, comerciante, Olegário Gonçalves Hespanhol, pescador, Sautiro Gonçalves Ouriques, lavrador, João Antônio Rabelo, lavrador, Ernesto Francisco Bauer, lavrador, Valmorino Irino Es-

pindola, comerciante, Pedro Tibúrcio de Souza, lavrador, Ciro Rangel, lavrador, Evaristo João Alves, lavrador, Manoel Pedro Porfiro, lavrador, João Salvador Scheffer, lavrador, Antônio Pedro Magnus, lavrador, Manoel Amândio de Souza, comerciante, Tomé Alexandre Cardoso, lavrador, Horácio João de Vargas, lavrador, Anselmo Vitorino Cardoso, lavrador, Manoel Ozorio Francisco, func. púb., José Manoel Maciel, lavrador, Arquírio Bianchini, lavrador, Serafim João Vargas, lavrador, Antônio Vitorino Lopes, lavrador, Mário Scarior, lavrador, Angelo Lúcio da Silva, comerciante e José Cardoso Filho, comerciante.

Município de São João Batista

Presidente — Gentil Silva, comerciante, vice-presidentes — Wilian Duarte Silva, estudante, Raul Marcelino Pereira, comerciante e José Marcelino Franco, esc. aposentado, secretário geral — Hédio Carvalho, escrivão, sub-secretário — Ary Reinert, comerciante.

Membros: Carlos José Peixer, comerciante, João Less, comerciante, Bernardo Puel, lavrador, Raul Marcelino Pereira, industrial, Pedro Marcos da Silva, lavrador, Virgílio Ddam, lavrador, Manoel Marcos da Silva Filho, lavrador, Pedro de Alcântara Soares, comerciante, Turibio Martinho de Campos, comerciante, José Vicente Pereira, Delegado de Polícia, Angelo Martini, lavrador, Adelino Albanaz, comerciante, Aníbal Duarte da Silva, lavrador, Agenor da Silva Ramos, comerciante, Heitor Pereira, industrial, Sinezio Duarte Silva, comerciante, Nilton Sá, industrial, Manoel Policarpo Correia, lavrador, Manoel Vicente da Silva, lavrador, Ani Reinert, sapateiro, Júlio Booz, lavrador, Gerúlio Clemen, sapateiro, Alberto Sgrott, alfaiate, João Melci, relojoeiro, José Booz, lavrador, Egídio Cordeiro, comerciante, Augusto Roberti, lavrador, Nilo Booz, comerciante e José Laus Dalcenqer, motorista.

Suplentes: Walter Deolindo, lavrador, Marçonilo Melin, industrial, Genésio Duarte da Silva, comerciante, Geraldo Vargas, lavrador, Virginia Reinert, comerciante, Irineu Campos, dentista, José Melin, industrial, Carmelindo Amorim, motorista, Alvim Pereira, industrial, Leopoldo Campos, dentista, Juraci Clemen, comerciante, João Inácio Mafra, lavrador, Abedon Florenço, lavrador, Olívio Binigo, lavrador, Santos Pereira, industrial, Izau Silva, industrial, Ivo Boóz, industrial, Jerônimo Lindolfo Rosa, lavrador, Aymoré de Souza, comerciante, Izabel Soares, comerciante, Alfredo Batistoni, lavrador, José Cim, comerciante, Augusto Durkop, operário, João Vicente Marcos, lavrador, Gentil Mazer, lavrador, Arno Salina, motorista, Germano José Benevenuto, lavrador, Francisco Batistoni, lavrador, Hercílio Marcos, lavrador, Pedro Manduca, lavrador.

Município de Trombudo Central

Presidente — Prospero Rainer, industrial, vice-presidentes — Werner Muller, industrial, Abílio Júlio Vieira, func. púb., e Dalma Uberfenc, púb., secretário-geral — Olívio S. Cândido, contador, sub-secretário — Werner Schutte, contador.

Membros: Ervino Prochnow, industrial, Bruno Blaese, comerciante, Walter Bell, comerciante, Boaventura da Silva, func. púb., Tibério Raiser, alfaiate, Aureliano Zoboli, carpinteiro, Pedro Subtil de Oliveira, func. púb., Alfonso Muller, pedreiro, Willy Claudino industrial, Artur Barauna, agricultor, Gerd Lange, comerciante, Lúcio da Silva, industrial, Oder Nohrenberg, industrial, Valentin Adami, pedreiro, Francisco Silveira, func. púb., Wigand Nührenberg, agricultor, Pedro Justino, agricultor, Artur Bichling, agricultor, Altamiro Campregher, agricultor, Paulo Dickmann, agricultor, Roland Bratz, agricultor, Walter Block, comerciante, Oscar Zluhan, dentista, Alfonso Oestreich, industrial, Paulo Bohman, industrial, Querino Grabner, comerci-

ante, Antônio Niquelatti, comerciante, Hercílio Satão, industrial, Osvaldo Vitthuirich, agricultor e Alberto Hubener, agricultor.

Suplentes: Alfredo Hoffman, comerciante, Guideon Blaase, comerciante, Egenof Bel, lavrador, Leopoldo Kriger, lavrador, Hugo Krieser, comerciante, Apolônio da Silva, comerciante, Raul Hasse, comerciante, Ivete Netto, comerciante, Leandro Horstman, lavrador, Alfredo Macaneira, marceneiro, Arlindo José Ferreira industrial, Manoel Ferreira, comerciante, Paulo Wilde, comerciante, Torbaldo Grabner, pedreiro, Erich Vitthuirich, comerciante, Leopoldo Passig, comerciante, Antônio Juvêncio da Silva, comerciante, Cristiano Becker, lavrador, José Mengarda, lavrador, Reinoldo Pische, comerciante, Lauro Bichiling, ferreiro, Alvim Mhor, lavrador, Albano Agostini, lavrador, Antônio Brito, comerciante, Querino Mhor, lavrador, Leopoldo May, comerciante, Lino May, industrial e Adolfo Bichiling, lavrador.

Secretaria do T. R. E. em Florianópolis, 5 de agosto de 1958.

João Marçal, diretor, interino.

(6.579)

Edital

Torno público, para os fins do art. 12 e seus parágrafos, da resolução n. 5.780, de 11 de junho de 1958, do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, que pelo Partido Social Progressista foi requerido o registro de candidatos ao Senado Federal e suplentes e à Assembleia Legislativa do Estado, nas eleições de 3 de outubro de 1958.

Secretaria do TRE, em Florianópolis, 18 de agosto de 1958.

João Marçal, diretor interino.

Sessão de 11 de agosto de 1958

JULGAMENTOS

Processo n. 386, cls. 7ª — Pedido de registro dos diretórios municipais de Nova Veneza e Herval d'Oeste. Relator: Dr. Milton Leite da Costa. Resolveu o Tribunal por unanimidade deferir o pedido e ordenar o registro do diretório de Nova Veneza e indeferir o do diretório de Herval d'Oeste. No impedimento do Procurador Regional, dr. Abelardo da Silva Gomes, funcionou o dr. Nicolau Severiano de Oliveira.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, em 11 de agosto de 1958.

Carmen Gallotti, chefe da Seção.

Sessão de 12 de agosto de 1958

JULGAMENTOS

Processo n. 283, cls. 10ª — Ofício do Comandante do 14º B. C. enviando relação de praças daquela unidade que estão inscritas como eleitores, esclarecendo que algumas não se encontram ainda de posse dos respectivos títulos. Relator: des. Maurillo da Costa Coimbra. Resolveu o Tribunal, por votação unânime, determinar o encaminhamento da relação dos eleitores aos respectivos juízes eleitorais, para que aqueles promovam a exclusão, nos termos da legislação em vigor. Deixou de tomar parte no julgamento o juiz dr. Milton Leite da Costa, por não ter assistido o relatório.

Processo n. 298, cls. 10ª — Consulta do prefeito municipal de Xaxim, sobre se fôlha corrida fornecida pelo cartório civil e crime, para fins de registro de candidatos, devem ser fornecida gratuitamente e isenta de selagem, de acordo com a lei eleitoral. Relator: dr. Milton Leite da Costa. O Tribunal, por unanimidade, resolveu não tomar conhecimento por não se tratar de matéria eleitoral.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, em 13 de agosto de 1958.

Carmen Gallotti, chefe da Seção.

FÓRO DA CAPITAL

REGISTRO CIVIL

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Alfredo Sousa Beckert e Deolândia Lopes, solteiros, naturais deste Estado, nascidos nesta Capital, domiciliados e residentes nesta Capital. Ele, comerciante, filho de Alfredo Beckert e Alaf de Sousa. Ela, bancária, filha de Antônio de Souza Lopes Filho e Luiza Todescato Lopes.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 13 de agosto de 1958.
Maria de Lourdes Caldas, pelo oficial.

(2643)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Ademair Altino Ramos e Adélia Leocadia da Silva, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, tratadorista, filho de Altino Domingos Ramos e Maria Vicente de Jesus. Ela, doméstica, filha de Aureliano Adão da Silva e Leocadia Custódia da Rosa.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Estreito, 14 de agosto de 1958.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial.

(6599)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Aureliano de Freitas e Maria Francellina da Silva, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, engenheiro, filho de Plínio de Freitas e de Martha Sommer Freitas. Ela, doméstica, filha de Manoel da Silva e Normélia Conceição da Silva.

(2627)

— Adorptávio Domingos e Alvina Coelho, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, carroceiro, filho de Joaquim Domingos e Amélia Roza dos Santos. Ela, doméstica, filha de Domingos Joaquim Coelho e Antônia Carlota de Jesus.

(2628)

— Acary Pacheco e Dalva Carolina Linhares, solteiros, naturais deste Estado. Ele, comerciante, domiciliado e residente em Florianópolis, filho de Pedro Pacheco e Laura da Silva Pacheco. Ela, funcionária pública federal, domiciliada e residente neste subdistrito, filha de Rafael Girodoy Linhares e Acioli Linhares.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Estreito, 14 de agosto de 1958.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial.

(2630)

Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Milton José Andrade e Maria da Glória de Antônio, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, bancário, filho de Lucília das Dóres Andrade. Ela, doméstica, filha de Guido de Antônio e Laura de Souza de Antônio.

(2629)

— Osni Pereira e Maria Eugênia da Silva, solteiros, naturais deste Estado, domiciliados e residentes neste subdistrito. Ele, servente, filho de Georgina Pereira. Ela, doméstica, filha de José Francisco da Silva e Maria Eugênia das Neves.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Estreito, 16 de agosto de 1958.

Odilon Bartolomeu Vieira, oficial.

(6598)

JUIZADOS DO INTERIOR

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMPOS NOVOS

Edital

O doutor Raoul A. Buendgens, juiz de direito da comarca de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, com o prazo de trinta (30) dias, que nos autos de n. 7.008 de Anulação de Cambiais Extraviadas, em que é requerente Raphael Dal Pai e requerido a firma Indústria de Madeira Lorenzoni Dal Pai Ltda., consta a petição e despacho do teor seguinte: Exmo. sr. doutor juiz de direito da comarca de Campos Novos: Raphael Dal Pai, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado no distrito de Dal Pai, deste município e comarca, por seu procurador, o advogado que esta subscrive, vem, respeitosamente, perante vossa excelência instaurar um "processo de anulação de Cambiais extraviadas", em que é requerente, observando-se o rito ordinário, de vez que o Código do Processo Civil não estabelece rito especial a este respeito, citando-se a firma Indústria de Madeira Lorenzoni Dal Pai Ltda., na pessoa de seu diretor-gerente, Getúlio Lorenzoni, brasileiro, solteiro, industrial, residente e domiciliado no mesmo distrito de Dal Pai, desta comarca, por mandado, para contestar o pedido querendo e por editais a terceiros interessados, tudo de conformidade com o artigo 36, e seus parágrafos do decreto 2.044, de 31 de dezembro de 1908 (especial sobre cambiais), em face dos seguintes motivos: 1º) O peticionário é proprietário de três (3) notas promissórias, no valor total de setecentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 750.000,00), que foram emitidas em seu favor, pela Indústria de Madeira Lorenzoni Dal Pai Ltda., a 1º de julho do ano p. passado, assim especificadas: uma (1) de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00), vencida em 30-1-1958; uma (1) de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00), vencida em 30-6-1958; uma (1) de duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 250.000,00), vencível em 30-11-1958. Contém elas o nome do requerente como credor e sobre, se o nome da firma emitente que o requerente reconhece, eis que foram emitidas em sua presença, nos escritórios da devedora. Delas não possui cópia fotostática, nem certidão de que hajam sido registradas em cartório, por não ser usual o procedimento nesta região. Lembra-se, apenas, desses característicos. 2º) Tais títulos de dívida líquida e certa resultam de operações e negócios então realizados com a sociedade. Dai a sua origem legítima. 3º) Que esses títulos, logo após a emissão ou no decurso deste ano foram extraviados ou furtados, não podendo o requerente afirmar precisamente a época ou local quer do extravio ou furto, nem tão pouco em que ocasião pessoas de má-fé os encontraram sem devolvê-los ou deles se aposaram, ficando, o requerente quando lhes notou o desaparecimento a espera que lhe fossem devolvidos se achados, ou apreendidos se furtados. Até agora não tem o menor indício ou pista sobre o seu paradeiro. 4º) Essa situação anormal, porém não pode perdurar indefinidamente, dado aos graves prejuízos que tem sofrido e sofrerá com o fato visto como esses títulos, pela sua própria natureza são cobráveis mediante a apresentação, condição estipulada pela emitente. 5º) A lei especial citada confere ao credor proprietário, como no caso, o direito ao exercício da ação executiva contra o devedor desde que provada a propriedade e o extravio de cambiais, porque não pede o requerente ser prejudicado em seu patrimônio com a falta dos títulos assim desaparecidos, do que lhe não cabe a menor culpa. 6º)

Tratando do processo de anulação de cambial, escreve Jonas Milhomens, em seu Manual, vol. 2, págs. 181 e 182, com muita propriedade: "O processo deve ser instaurado perante o juiz comercial do lugar do pagamento da cambial, cuja anulação se requer. O proprietário da cambial dirigirá uma petição ao juiz competente, onde justificará a sua qualidade de proprietário e o fato de extravio ou da destruição do título, o qual há de ser minuciosamente descrito tanto no seu contexto, como nas suas declarações e firmas. Pedirá as citações e intimações necessárias; e concluirá requerendo a anulação da cambial, e a declaração da sua própria habilitação para o exercício da ação cambiária. Esse caso de extravio, não necessárias as seguintes citações e intimações: a) a intimação do sacado, co aceitante ou emitente e dos co-obrigados, para não pagarem a cambial extraviada. b) a intimação do detentor conhecido ou não para apresentar em Juízo a cambial no prazo de (três) 3 meses. c) a citação dos co-obrigados para dentro do mesmo prazo o porém contestação firmada em defeito de forma do título, ou na falta de requisito essencial para o exercício da ação cambiária etc. No mesmo sentido ensina Francisco Raitari, na prática do processo, págs. 223: "Havendo extravio de títulos cambiários, o processo é evidentemente o prescrito pelo artigo 36 e seus parágrafos do decreto 2.044, de 31 de dezembro de 1908. O Código de Processo em vigor não estabelece rito especial para as ações dessa natureza: há de ser, pois, o ordinário". 7º) A prova da propriedade só pode ser feita por testemunha, porque a prova documental são os referidos títulos extraviados e a firma de que é credor não emite novos e resgata os compromissos com o requerente mediante a apresentação dos títulos que emitiu. Doutra lado, a devedora alega, com alguma razão, que os referidos títulos podem aparecer de futuro e a emissões obrigações. Assim expostos os fatos e o direito, requer-se a vossa excelência MM. dr. juiz, o seguinte: A designação de dia, hora e local, para a oitiva das testemunhas abaixo arroladas, justificando-se a propriedade, a emissão e o extravio das cambiais referidas, as quais comparecerão independentemente de intimação; b) citação por editais, a terceiros interessados ou detentores desconhecidos ou conhecidos, para apresentarem em Juízo tais cambiais, pelo prazo de noventa (90) dias, publicando-se esses editais no jornal "Tribuna Livre" de Joacaba, em cartório e no "Diário da Justiça" do Estado, sob pena de se considerarem de má fé relativamente a posteriores aquisições ou alienações de direitos sobre tais cambiais; c) citação, por mandado da aceitante Indústria de Madeira Lorenzoni Dal Pai Ltda. desta comarca, na pessoa de quem legalmente a representar. O advogado que esta subscrive, inserido na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, sob carteira n. 256, recebe intimações por carta ou telegrama na cidade de Joacaba, à Avenida 15 de Novembro, n. 266, salas 3 e 4, caixa postal, 103. Protesta-se por outras provas, no decurso da audiência de justificação e por todas as permitidas em lei, havendo contestação do pedido. E finalmente pede a v. excelência julgue, na oportunidade, o feito por sentença para os devidos e legais efeitos. Dá-se ao presente processo o valor de Cr\$ 10.000,00, juntando-se a prova do pagamento da respectiva taxa judiciária, enquanto que na ação executiva o valor será dado ao respectiva ação. Nestes termos, P. E. deferimento. Testemunhas para a justificação, Delci Dal Pai, industrialista, casado, residente em Campos Novos, David Ratti, do comércio, casado, residente em Joacaba, Ernesto Paulim Thormes, industrial, residente em Campos Novos, Getúlio Lorenzoni, industrial, solteiro, residente em Campos Novos, todos brasileiros, sobre selos, lê-se: Campos Novos, 17 de julho

de 1958. (Ass.) A. Nunes Varela. Despacho: R. hoje. A., como requer. Designo o dia 12 de agosto próximo para a justificação. Intime-se, C. Novos, 25 de julho de 1958. (Ass.) R. Buengens. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital com o prazo de noventa (90) dias, que será afixado no lugar de costume e publicado no "Diário da Justiça" do Estado e no jornal "Tribuna Livre", de Joazeiro, na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e comarca de Campos Novos, aos vinte e oito (28) dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958). Eu, Henriqueta Thibes Bleyer, escrivã, o dactilografar e subcrevi. Raoul A. Buengens, juiz de direito.

(2580)

JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE ITAJAI

Edital de citação

O doutor Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem que por parte de Abrão Mafra, por intermédio de seu A. judiciário dr. José Meirelles Vieira, foi dirigida a este Juízo, a petição do seguinte teor: Exmo. sr. dr. juiz de direito da 1ª Vara da comarca: Abrão Mafra, brasileiro, casado, trabalhador rural, residente e domiciliado em Laranjeiras, distrito de Luiz Alves, neste município e comarca, por A. judiciário abaixo-assinado, com escritório nesta cidade, na rua Lauro Müller, n. 121, e inscrição n. 465 na OAB-SC (documento anexo n. 1), propondo a presente ação de usucapião, vem, respeitosamente, perante v. excia., dizer e requerer o que faz com fundamento no artigo 550, do Código Civil e na forma dos artigos 554 e seguintes do Código de Processo Civil: 1º — Há mais de trinta anos, por si e seus antecessores, tem o requerente a posse de um terreno situado em Laranjeiras, distrito de Luiz Alves, neste município medindo duzentos e vinte metros (220) de frente, a leste, em terras de Lourenço Serafim dos Santos, por mil seiscentos e cinquenta metros (1.650 m.) de fundos, a oeste, em terras do espólio de Bento Mafra (hoje viúva Bento Mafra e filhos), estremando ao norte com terras de Domingos Berlin e Donzília Mafra ou quem de direito, e ao sul em datas de Antônio Celso Mafra e Odilon Rosa, totalizando a área de trezentos e sessenta e três mil metros quadrados (363.000 m²). O terreno está edificado com uma pequena casa de madeira destinada a habitação, onde mora a família do requerente. Tem um pasto cercado com mourões de cerne e quatorze rolos de arame, pomar, cafeeira, bananal, laranjal, valos, etc. O terreno, a mais, é atravessado pelo Ribeirão do Ouro, o qual vem da extrema do norte, das terras de Domingos Berlin, e sobe em direção as terras de Antônio Celso Mafra, indo afinal, pelas terras de Lourenço Serafim dos Santos. A posse em tela, na expressão de L. Nequete, em sua acatada monografia, "Da prescrição aquisitiva (usucapião)" pag. 67, tem sido a título de propriedade, contínua, ininterrupta, pública pacífica e inequívoca. 2º — Visanco a adquirir o domínio do imóvel descrito, intentam os requerentes ação de usucapião, cuja sentença lhes servirá de título para a transcrição no Registro de Imóveis. Para tal fim, justificada a posse em dia e hora que v. excia., mandar designar, requer o autor a citação dos interessados, certos ou incertos, e dos confinantes do imóvel, para contestarem o pedido no prazo de dez (10) dias,

contados da citação, intervenção no processo o órgão do Ministério Público. 3º — O requerente protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidos e que forem julgados necessários, a começar pelo depoimento de testemunhas a serem arroladas oportunamente. Outrossim, para efeitos fiscais e de alçada, dá-se a esta o valor de Cr\$ 2.100,00 (dois mil e cem cruzeiros): P. deferimento. Itajaí, 15 de julho de 1958. (Ass.) José Meirelles Vieira. Nesta petição foi proferido o seguinte despacho: R. hoje. A., designe o sr. escrivão dia e hora para a justificação, feitas as intimações necessárias. Em, 16-7-58. (Ass.) Arêas Horn. Proferida a justificação foi a seguir julgada por sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Julgo por sentença a justificação de fls. em que é requerente Abrão Mafra, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Citem-se, pessoalmente para contestar o pedido os interessados certos e o dr. representante do Ministério Público, bem como, por edital com prazo de trinta (30) dias, os interessados incertos, editais estes que deverão ser publicados por três (3) vezes no "Diário da Justiça" do Estado. Sem custas. P. R. I. Itajaí, 21 de julho de 1958. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos 24 dias do mês de julho de 1958. Eu, (ass.) Hélio Mário Guerreiro, escrivão o fiz dactilografar e subcrevi. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Confere com o original afixado no local de costume. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão o fiz dactilografar e subcrevi. Hélio Mário Guerreiro, escrivão.

(3-3)

(6155)

Edital de citação

O doutor Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem que por parte de Albertino Ponciano Jacinto, por intermédio de seu A. judiciário dr. Osmar de Souza Nunes, foi dirigida a este Juízo, a petição do seguinte teor: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca: Albertino Ponciano Jacinto, e sua mulher, Maria Faustina Jacinto, brasileiros, ele operário aposentado e ela prendas domésticas, residentes e domiciliados no Beco Olinger, nesta cidade, por seu A. judiciário abaixo firmado, vem, com fundamento nos artigos 550 e 552, do Código Civil e de conformidade com o processo estabelecido nos artigos 454 e seguintes do C. P. C., promover a presente ação de usucapião, propondo-se provar, mediante prévia justificação, o seguinte: 1º — Que os suplicantes possuem, por si e seus antecessores, por mais de trinta (30) anos, mansa, contínua e pacificamente, um terreno situado nesta cidade no Beco Olinger. 2º — Que o terreno em aprêço, tem as medidas e confrontações seguintes: Frente, com nove (9) metros, que faz no Beco Olinger; fundos, com a mesma metragem, que faz com Alice Tedó; extrema de um lado com vinte e cinco metros (25), que faz com Bertolino dos Santos, e de outro, com a mesma metragem, que faz com os suplicantes, Albertino Ponciano Jacinto e sua mulher. 3º — Que os suplicantes possuem no terreno acima discriminado, plantas, cercas e outras benfeitorias. 4º — Nestas condições, requerem a v. excia. se dê mandado designar dia e hora, para a justificação prévia, com ciência do dr. Promotor Público da comarca, ouvindo-se as testemunhas abaixo arroladas, as quais, comparecerão independentemente de intimação, dispensando-se a citação do Serviço do Patrimônio da União, em face de jurisprudência do S.T.F. Requerem ainda, que, feita a justificação de

posse e julgada a mesma por sentença, se dê mandado v. excia., de mandar citar os confrontantes certos, e por edital, com o prazo de trinta (30) dias, os interessados ausentes, e desconhecidos, para que acompanhem os termos do processo até final, sob pena de revelia, e para apresentarem a defesa, se tiverem o que alegar, dentro do prazo da lei, sendo a ação a final julgada procedente. Protesta-se pelo depoimento pessoal de quem quiser contestar a ação, sob pena de confissão, por inquirição de testemunhas, juntada posterior de documentos, vistas, perícias e por todos os meios de prova em direito admitidos. Para efeito de alçada, dá-se a presente, o valor de Cr\$ 2.100,00. Nestes termos, pede deferimento. Itajaí, 5 de janeiro de 1955. (Ass.) Osmar de Souza Nunes. Nesta petição foi proferido o seguinte despacho: R. hoje. A., designe o sr. escrivão dia e hora para a justificação feitas as intimações necessárias. Em, 28-7-56. (Ass.) Arêas Horn. Proferida a justificação, foi a seguir julgada por sentença do teor seguinte: Vistos, etc. Julgo, por sentença a justificação de fls., em que é requerente Albertino Ponciano Jacinto e sua mulher para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos. Citem-se pessoalmente para contestar o pedido os interessados certos e o dr. representante do Ministério Público, bem como, por edital com o prazo de trinta dias, os interessados incertos, editais estes que deverão ser publicados por três (3) vezes no "Diário da Justiça" do Estado. Sem custas. P.R.I. Itajaí, 21 de julho de 1958. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Dado e passado nesta cidade de Itajaí, aos 23 dias do mês de julho de 1958. Eu, (ass.) Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subcrevi. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Confere com o original afixado no lugar de costume. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subcrevi. Hélio Mário Guerreiro, escrivão.

(3-3)

(6156)

Edital de citação

O doutor Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara da comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc.

Faz saber a todos quantos este edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por parte de Evilásio Martins dos Santos, por intermédio de seu A. judiciário dr. Dalmiro Vieira, foi dirigida a este Juízo a petição do seguinte teor: Exmo. sr. dr. juiz de direito da 1ª Vara da comarca: Evilásio Martins dos Santos, brasileiro, casado, marítimo, por seu A. judiciário adiante assinado, vem expor, e, a final, requerer a v. excia., o seguinte: I — Que, há mais de vinte (20) anos, o suplicante possui um terreno assim descrito, o qual está situado no lugar "Navegantes", deste município: 17,5 (dezessete e meio metros) de frente, que faz na estrada pública a oeste, fundos, com igual metragem, com quem de direito: extrema ao norte com Antônio Valentim Jorge; ao sul com Maria Maia, medindo em ambas as laterais 41 metros, área total de 717,50 metros. II — Que a posse desse terreno tem sido por ele sempre exercida, desde o início, mansa, pacificamente, sem oposição, contestação de alguém e com a intenção de dono, que se manifesta por atos de benfeitoria, consistente numa pequena casa de madeira. III — Que, assim sendo, se acha perfeitamente configurado o usucapião extraordinário definido no art. 550, do Código Civil. IV — Que, pretendendo legitimar a sua situação de fato, o suplicante, na forma dos arts. 454 e seguintes do Código de Processo Civil, requer a v. excia. a designação de dia e

hora para que nesse Fórum, com as testemunhas arroladas, se proceda a justificação do alegado, após a qual deverão ser pessoalmente citados os atuais confrontantes e seus cônjuges, se casados forem, bem como o órgão do M. Público e, ainda, ecleticamente, com o prazo de trinta (30) dias, os interessados incertos e desconhecidos, dispensada a citação do Domínio da União, a vista da jurisprudência dominante, a fim de que os citados na forma e prazo de lei, apresentem as alegações que tiverem, pena de revelia. V — Que, não sendo contestada a ação, deve desde logo ser reconhecido, por sentença o domínio do suplicante sobre o terreno descrito. Protesta-se por todo o gênero de provas. P. testa-se por todo o gênero de provas. P. 1958. (Ass.) Dalmiro Vieira. Nesta petição foi proferido o seguinte despacho: A., como requer, designando o sr. escrivão dia e hora. Em, 30-1-1958. (Ass.) David A. Camargo. Vistos, etc. Julgo, por sentença a justificação de fls. em que é requerente Evilásio Martins dos Santos, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Citem-se, pessoalmente para contestar o pedido, os interessados certos e o dr. representante do Ministério Público, bem como por edital com o prazo de trinta (30) dias os interessados incertos, editais estes que deverão ser publicados por três vezes no "Diário da Justiça" do Estado. Sem custas. P. R. I. Itajaí, 17 de julho de 1958. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Dado e passado nesta cidade e Itajaí, aos 28 dias do mês de julho de 1958. Eu, (ass.) Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subcrevi. (Ass.) Oswaldo Arêas Horn, juiz de direito da 1ª Vara. Confere com o original afixado no lugar de costume. Eu, Hélio Mário Guerreiro, escrivão, o fiz dactilografar e subcrevi. Hélio Mário Guerreiro, escrivão.

(3-3)

(6157)

Edital

Alice Furtado Ghizzo, 1º tabelião de Notas e Oficial do Registro de Imóveis e Protestos da 1ª Zona da comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina, Brasil, pelo presente edital e a requerimento dos srs. Campos & Cia., entidade de direitos privados, com sede em Araranguá, faz saber aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, que ficam intimados a comparecerem neste cartório, dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste, a fim de efetuarem os pagamentos das prestações em atraso, juros, custas e demais pronunciações de direito, provenientes dos contratos de promessa de compra e venda que os compromissários abaixo relacionados mantêm com a empresa acima aludida: Bruno Bortoluzzi — Cr\$ 9.000,00; David Alfredo Michachewsky — Cr\$ 11.400,00; dr. Archimedes Antônio da Silva Almeida — Cr\$ 14.625,00; João Guilherme Witte Neetzon — Cr\$ 15.600,00; Pedro Evaldo Schaeffer — Cr\$ 11.700,00; dr. Aracy Cunha Alves — Cr\$ 23.925,00. Sob pena de não o fazendo acarretarem as rescisões dos aludidos contratos, tudo na conformidade do disposto pelo art. 14, do decreto 3.079, de 15 de setembro de 1938. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que será afixado no lugar de costume e publicado duas (2) vezes no "Diário da Justiça". Dado e passado nesta cidade de Araranguá, aos 30 de julho de 1958. Eu, Alice Furtado Ghizzo, 1º tabelião de Notas e Oficial do Registro de Imóveis e Protestos da 1ª Zona da comarca de Araranguá, Estado de Santa Catarina, que o subcrevi. Alice Furtado Ghizzo, 1º tabelião oficial.

(2-2)

(2.569)